

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	112
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	113
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	114
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	412.274.029
Preferenciais	0
Total	412.274.029
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	4.919.386	4.767.048
1.01	Ativo Circulante	180.825	93.962
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	140.556	75.122
1.01.03	Contas a Receber	22.959	5.248
1.01.03.01	Clientes	22.959	5.248
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.370	6.783
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.370	6.783
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.940	6.809
1.01.08.03	Outros	12.940	6.809
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	6.560	5.644
1.01.08.03.02	Outros créditos	6.380	1.165
1.02	Ativo Não Circulante	4.738.561	4.673.086
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.965	15.561
1.02.01.03	Contas a Receber	745	1.764
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	745	1.764
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7.128	10.604
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	7.128	10.604
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	92	3.193
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	0	3.128
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	92	65
1.02.02	Investimentos	4.709.737	4.636.058
1.02.02.01	Participações Societárias	4.709.737	4.636.058
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.709.737	4.636.058
1.02.03	Imobilizado	12.602	12.450
1.02.04	Intangível	8.257	9.017
1.02.04.01	Intangíveis	8.257	9.017
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	8.257	9.017

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	4.919.386	4.767.048
2.01	Passivo Circulante	330.421	126.805
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.322	4.730
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.322	4.730
2.01.02	Fornecedores	19.576	9.333
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.576	9.333
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.144	1.959
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	237.025	80.996
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	232.858	77.235
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	232.858	77.235
2.01.04.02	Debêntures	4.167	3.761
2.01.05	Outras Obrigações	61.016	24.179
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	49.404	12.810
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	49.404	12.810
2.01.05.02	Outros	11.612	11.369
2.01.05.02.04	Contas a pagar de aquisições	11.612	11.369
2.01.06	Provisões	3.338	5.608
2.01.06.02	Outras Provisões	3.338	5.608
2.01.06.02.04	Outras Provisões	3.338	5.608
2.02	Passivo Não Circulante	1.364.762	1.349.509
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.319.632	1.338.186
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	892.477	911.265
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	892.477	911.265
2.02.01.02	Debêntures	427.155	426.921
2.02.02	Outras Obrigações	44.196	10.471
2.02.02.02	Outros	44.196	10.471
2.02.02.02.03	Outros Passivos	575	575
2.02.02.02.04	Provisão para perda de investimentos	43.621	9.896
2.02.04	Provisões	934	852
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	934	852
2.03	Patrimônio Líquido	3.224.203	3.290.734
2.03.01	Capital Social Realizado	2.675.731	2.675.731
2.03.01.01	Capital social	2.675.731	2.675.731
2.03.02	Reservas de Capital	528.988	528.988
2.03.04	Reservas de Lucros	87.063	86.015
2.03.04.13	Reserva de Lucro	32.897	32.663
2.03.04.14	Ajuste de Avaliação Patrimonial	54.166	53.352
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-67.579	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.790	26.795	8.361	13.952
3.01.01	Receita operacional líquida	14.790	26.795	8.361	13.952
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.134	-32.215	-4.539	-10.967
3.02.01	Custo de geração de energia elétrica	-18.134	-32.215	-4.539	-10.967
3.03	Resultado Bruto	-3.344	-5.420	3.822	2.985
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.302	-9.915	-5.693	4.464
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.854	-34.645	-15.824	-28.826
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-16.854	-34.645	-15.824	-28.826
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.219	-5.309	-1.333	-3.237
3.04.05.01	Remuneração dos administradores	-2.570	-4.023	-745	-2.553
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-651	-1.286	-574	-685
3.04.05.03	Outras	2	0	-14	1
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.229	30.039	11.464	36.527
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-24.646	-15.335	-1.871	7.449
3.06	Resultado Financeiro	-26.973	-51.430	-3.653	-1.965
3.06.01	Receitas Financeiras	373	1.128	5.654	10.535
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.346	-52.558	-9.307	-12.500
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-51.619	-66.765	-5.524	5.484
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-51.619	-66.765	-5.524	5.484
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-51.619	-66.765	-5.524	5.484
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,13000	-0,16000	-0,01000	0,01000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,13000	-0,17000	-0,02000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-51.619	-66.765	-5.524	5.484
4.03	Resultado Abrangente do Período	-51.619	-66.765	-5.524	5.484

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	916	12.159
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-44.671	-17.765
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-66.765	5.484
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.286	685
6.01.01.04	Baixa de ativo intangível	123	0
6.01.01.06	Equivalência patrimonial	-30.039	-36.527
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	53	773
6.01.01.09	Provisão para programa de pagamentos baseado em ações	234	135
6.01.01.13	Atualização monetária	453	149
6.01.01.14	Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	49.984	11.536
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	81.776	35.931
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-17.711	-7.130
6.01.02.02	Outros valores a receber	-4.196	-5.459
6.01.02.03	Impostos a recuperar	5.541	-1.292
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-916	-1.257
6.01.02.05	Dividendos recebidos	88.309	46.401
6.01.02.06	Fornecedores	10.243	3.997
6.01.02.07	Obrigações tributárias	185	1.444
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	2.592	-2.175
6.01.02.10	Pagamento das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	-1	0
6.01.02.12	Outros passivos	-2.270	1.402
6.01.03	Outros	-36.189	-6.007
6.01.03.01	Juros pagos	-36.189	-6.007
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.162	-647.540
6.02.01	Aquisições de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	0	-23.814
6.02.02	Aumento de capital em controladas	-111.837	-596.045
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-466	-1.457
6.02.04	Aquisições de intangível	-335	-4.349
6.02.06	Partes relacionadas	2.311	-5.541
6.02.08	Depósitos judiciais	-27	-18
6.02.09	Pagamento de contas a pagar de aquisições	0	-16.316
6.02.10	Redução de capital em controladas	14.778	0
6.02.11	Dividas com pessoas ligadas	36.414	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	123.680	687.739
6.03.01	Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	151.240	697.992
6.03.02	Pagamento de financiamentos	-27.560	-10.253
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	65.434	52.358
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.122	211.732
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	140.556	264.090

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.675.731	528.988	86.015	0	0	3.290.734
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.675.731	528.988	86.015	0	0	3.290.734
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	234	0	0	234
5.04.08	Pagamento baseado em ações	0	0	234	0	0	234
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.765	0	-66.765
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.765	0	-66.765
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	814	-814	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	814	-814	0	0
5.07	Saldos Finais	2.675.731	528.988	87.063	-67.579	0	3.224.203

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.675.731	533.756	77.453	0	0	3.286.940
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.675.731	533.756	77.453	0	0	3.286.940
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.768	135	0	0	-4.633
5.04.08	Ajuste no Ágio na Subscrição de Ações Não Controladores	0	-6.850	0	0	0	-6.850
5.04.09	Ajuste no Ágio na Subscrição de Ações	0	2.082	0	0	0	2.082
5.04.10	Pagamento Baseado em Ações	0	0	135	0	0	135
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.484	0	5.484
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.484	0	5.484
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.484	-5.484	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.802	-6.802	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.318	1.318	0	0
5.07	Saldos Finais	2.675.731	528.988	83.072	0	0	3.287.791

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	29.992	16.675
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.522	15.161
7.01.02	Outras Receitas	4	57
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	466	1.457
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.575	-27.221
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-32.215	-10.967
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.560	-13.413
7.02.04	Outros	-3.800	-2.841
7.02.04.01	Construção de ativos próprios	-3.334	-1.384
7.02.04.02	Outros	-466	-1.457
7.03	Valor Adicionado Bruto	-13.583	-10.546
7.04	Retenções	-1.286	-685
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.286	-685
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-14.869	-11.231
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.167	47.062
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.039	36.527
7.06.02	Receitas Financeiras	1.128	10.535
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.298	35.831
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.298	35.831
7.08.01	Pessoal	27.386	16.110
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.181	10.073
7.08.01.02	Benefícios	4.217	390
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.252	110
7.08.01.04	Outros	4.736	5.537
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.978	1.274
7.08.02.01	Federais	2.731	1.266
7.08.02.03	Municipais	247	8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.699	12.963
7.08.03.01	Juros	52.558	12.500
7.08.03.02	Aluguéis	141	464
7.08.03.03	Outras	0	-1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-66.765	5.484
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-66.765	5.484

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	9.104.288	8.806.663
1.01	Ativo Circulante	772.436	888.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	521.400	640.085
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.891	2.161
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.891	2.161
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	5.541	0
1.01.02.01.04	Títulos e valores mobiliários	1.350	2.161
1.01.03	Contas a Receber	149.980	170.898
1.01.03.01	Clientes	149.980	170.898
1.01.06	Tributos a Recuperar	63.357	53.317
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	63.357	53.317
1.01.07	Despesas Antecipadas	18.880	11.070
1.01.07.02	Adiantamento a fornecedores	18.880	11.070
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.928	10.675
1.01.08.03	Outros	11.928	10.675
1.02	Ativo Não Circulante	8.331.852	7.918.457
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	259.836	261.868
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	128.352	121.431
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	128.352	121.431
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.133	11.491
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.133	11.491
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.564	3.401
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	3.564	3.401
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	116.787	125.545
1.02.01.09.03	Outros créditos	86.577	87.311
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	258	201
1.02.01.09.05	Impostos a recuperar	29.952	38.033
1.02.03	Imobilizado	5.126.895	4.634.346
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.977.659	4.049.049
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.149.236	585.297
1.02.04	Intangível	2.945.121	3.022.243
1.02.04.01	Intangíveis	2.945.121	3.022.243
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.916.671	2.981.122
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	28.450	41.121

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	9.104.288	8.806.663
2.01	Passivo Circulante	1.309.167	937.302
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.364	4.772
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.364	4.772
2.01.02	Fornecedores	97.213	76.137
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	97.213	76.137
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.597	44.322
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.088.344	752.933
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.025.245	713.916
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.025.245	713.916
2.01.04.02	Debêntures	63.099	39.017
2.01.05	Outras Obrigações	76.649	59.138
2.01.05.02	Outros	76.649	59.138
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	4.000	4.000
2.01.05.02.04	Contas a pagar de aquisições	11.612	11.369
2.01.05.02.05	Outros passivos	13.348	19.907
2.01.05.02.06	Adiantamento de clientes	44.630	14.584
2.01.05.02.07	Provisão para custos socioambientais	3.059	9.278
2.02	Passivo Não Circulante	4.560.569	4.568.244
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.569.476	3.566.025
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.507.561	2.485.085
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.507.561	2.485.085
2.02.01.02	Debêntures	1.061.915	1.080.940
2.02.02	Outras Obrigações	575	5.042
2.02.02.02	Outros	575	5.042
2.02.02.02.04	Fornecedores	0	4.467
2.02.02.02.05	Outros Passivos	575	575
2.02.03	Tributos Diferidos	912.797	926.099
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	912.797	926.099
2.02.04	Provisões	77.721	71.078
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.959	24.861
2.02.04.01.05	Provisão para riscos trabalhistas	24.959	24.861
2.02.04.02	Outras Provisões	52.762	46.217
2.02.04.02.04	Provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos	52.762	46.217
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.234.552	3.301.117
2.03.01	Capital Social Realizado	2.675.731	2.675.731
2.03.01.01	Capital Social	2.675.731	2.675.731
2.03.02	Reservas de Capital	528.988	528.988
2.03.04	Reservas de Lucros	87.063	86.015
2.03.04.11	Reserva de Lucro	32.897	32.663
2.03.04.12	Ajuste de Avaliação Patrimonial	54.166	53.352
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-67.579	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	10.349	10.383

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	186.706	415.692	151.142	285.803
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-111.006	-230.583	-70.950	-130.531
3.03	Resultado Bruto	75.700	185.109	80.192	155.272
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-64.656	-118.417	-48.326	-91.404
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.989	-48.655	-21.660	-40.943
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35.667	-69.762	-26.666	-50.461
3.04.05.01	Remuneração dos administradores	-2.570	-4.023	-745	-2.553
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-653	-1.288	-551	-685
3.04.05.03	Amortização do direito de exploração	-32.444	-64.451	-25.393	-47.225
3.04.05.04	Outras	0	0	23	2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.044	66.692	31.866	63.868
3.06	Resultado Financeiro	-63.334	-129.006	-36.823	-59.452
3.06.01	Receitas Financeiras	9.160	18.717	12.658	26.838
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.494	-147.723	-49.481	-86.290
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-52.290	-62.314	-4.957	4.416
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	647	-4.485	-549	1.086
3.08.01	Corrente	-6.287	-16.933	-7.325	-14.040
3.08.02	Diferido	6.934	12.448	6.776	15.126
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-51.643	-66.799	-5.506	5.502
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-51.643	-66.799	-5.506	5.502
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-51.619	-66.765	-5.524	5.484
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-24	-34	18	18
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,13000	-0,16000	-0,01000	0,01000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,13000	-0,17000	-0,02000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-51.643	-66.799	-5.506	5.502
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-51.643	-66.799	-5.506	5.502
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-51.619	-66.765	-5.524	5.484
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-24	-34	18	18

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	147.474	78.367
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	238.116	190.580
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-66.799	5.502
6.01.01.02	Depreciação e amortização	172.305	107.531
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	8	7.561
6.01.01.04	Baixa de ativo intangível	625	0
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.587	0
6.01.01.07	Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	67	-85
6.01.01.08	Provisão para risco socioambiental e desmobilização de ativos	4.088	2.105
6.01.01.09	Provisão para programa de pagamento baseado em ações	234	135
6.01.01.12	Impostos diferidos	-12.448	-15.126
6.01.01.13	Atualização monetária	242	149
6.01.01.14	Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	138.207	82.808
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	51.272	-60.152
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	19.331	0
6.01.02.02	Outros valores a receber	-519	-2.146
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.959	10.855
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-7.810	3.180
6.01.02.05	Fornecedores	5.406	-1.469
6.01.02.06	Adiantamento de clientes	30.046	-37.241
6.01.02.07	Obrigações tributárias	13.885	-2.231
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	2.592	-2.175
6.01.02.09	Pagamento dos custos socioambientais	-3.138	0
6.01.02.10	Pagamento das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	-3	0
6.01.02.12	Outros passivos	-6.559	-26.457
6.01.02.13	Dividendos recebidos	0	-2.468
6.01.03	Outros	-141.914	-52.061
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-19.106	-3.450
6.01.03.02	Juros pagos	-122.808	-48.611
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-565.747	-1.404.681
6.02.01	Aquisições de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	0	-568.394
6.02.02	Pagamento de contas a pagar de aquisições	0	-168.758
6.02.04	Títulos e valores mobiliários	811	-14.691
6.02.05	Aplicações financeiras	-5.541	-9.616
6.02.06	Aplicações financeiras vinculadas	-6.921	0
6.02.07	Aquisição de imobilizado	-552.473	-637.078
6.02.08	Depósitos judiciais	-57	-124
6.02.09	Aquisições de intangível	-1.438	-4.967
6.02.11	Partes relacionadas	-128	-1.053
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	299.588	1.315.258
6.03.01	Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	859.183	1.381.216

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.03.02	Pagamento de financiamentos	-559.595	-65.958
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-118.685	-11.056
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	640.085	651.573
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	521.400	640.517

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.675.731	528.988	86.015	0	0	3.290.734	10.383	3.301.117
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.675.731	528.988	86.015	0	0	3.290.734	10.383	3.301.117
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	234	0	0	234	0	234
5.04.08	Pagamento baseado em ações	0	0	234	0	0	234	0	234
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.765	0	-66.765	-34	-66.799
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.765	0	-66.765	-34	-66.799
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	814	-814	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	814	-814	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.675.731	528.988	87.063	-67.579	0	3.224.203	10.349	3.234.552

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.675.731	533.756	77.453	0	0	3.286.940	0	3.286.940
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.675.731	533.756	77.453	0	0	3.286.940	0	3.286.940
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.768	135	0	0	-4.633	10.408	5.775
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	135	0	0
5.04.08	Ajuste no Ágio na Subscrição de Ações Não Controladores	0	-6.850	0	0	0	-6.850	6.850	0
5.04.09	Ajuste no Ágio na Subscrição de Ações	0	2.082	0	0	0	2.082	0	2.082
5.04.10	Pagamento Baseadp em Ações	0	0	135	0	0	0	0	135
5.04.11	Integralização de Capital Social de Não Controladores em Abril de 2012	0	0	0	0	0	0	3.558	3.558
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.484	0	5.484	18	5.502
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.484	0	5.484	18	5.502
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.484	-5.484	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.802	-6.802	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.318	1.318	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.675.731	528.988	83.072	0	0	3.287.791	10.426	3.298.217

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	1.029.084	968.309
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	442.897	304.352
7.01.02	Outras Receitas	847	298
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	586.927	663.659
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.587	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-722.032	-750.287
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-89.149	-49.840
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-40.380	-35.057
7.02.04	Outros	-592.503	-665.390
7.02.04.01	Construção de ativos próprios	-586.927	-663.659
7.02.04.02	Outros	-5.576	-1.731
7.03	Valor Adicionado Bruto	307.052	218.022
7.04	Retenções	-172.305	-107.531
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-172.305	-107.531
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	134.747	110.491
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.717	26.838
7.06.02	Receitas Financeiras	18.717	26.838
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	153.464	137.329
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	153.464	137.329
7.08.01	Pessoal	33.540	22.609
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.335	16.572
7.08.01.02	Benefícios	4.217	390
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.252	110
7.08.01.04	Outros	4.736	5.537
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.704	15.535
7.08.02.01	Federais	31.892	15.463
7.08.02.03	Municipais	812	72
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	154.019	93.683
7.08.03.01	Juros	147.723	86.290
7.08.03.02	Aluguéis	6.296	7.395
7.08.03.03	Outras	0	-2
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-66.799	5.502
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-66.799	5.502










Visão Geral

A CPFL Energias Renováveis S.A foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA – Energias Renováveis S.A.. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis do Brasil, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país – Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e Usinas Solares. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Energias Renováveis S.A é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

Organograma Societário

Abaixo a demonstração da composição acionária antes e depois da oferta (sem considerar o exercício do lote suplementar (greenshoe)):

									
Antes da Oferta	63,0%	FIP Pétria + Pétria Energia 9,4%	Secor LLC 9,2%	FIP Brasil Energia 7,6%	FIP Multissetorial Plus 5,0%	3,2%	2,5%	n.a.	n.a.
Após a Oferta	59,0%	5,6%	5,5%	7,1%	3,0%	1,9%	1,5%	7,3%	9,1%



Detalhes sobre a oferta inicial de ações encontram-se no prospecto final e demais documentos da oferta, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia.

Ambientes de Comercialização de Energia

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a

alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia.

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos Parques Eólicos e das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º e 2º trimestres.

- A safra da cana de açúcar na região sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior.

- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e das usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se o mesmo efeito suas receitas, fazendo com que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.

- O período de chuvas favorece a geração das PCHs do Sudeste/Centro-Oeste no 4º e no 1º trimestres, enquanto no Sul o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e no 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas são consequência da Garantia física de cada usina, sazonalizada e registrada na CCEE. Vale mencionar ainda que as diferenças entre a energia gerada e a Garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF ("Generation Scaling Factor").

Portfólio em Operação

O Parque gerador da CPFL Renováveis atingiu, no semestre, 1.153,1 MW de capacidade instalada em operação nas quatro fontes de energia Renovável em que atuamos – Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Eólicas, Usinas Termelétricas movidas a Biomassa e Usinas Solares. Em relação ao 1S12 o crescimento foi de 27,5%.

A capacidade instalada da Companhia, que é a empresa líder no setor de energia renovável, está segmentada da seguinte forma:

Em MW	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Total
Operação	326,6	555,5	270,0	1,1	1.153,1
Construção	-	482,2	100,0	-	582,2
Total	326,6	1.037,4	370,0	1,1	1.735,3

Demonstrativo de Resultados

	2T13	2T12	2T13 vs 2T12	1S13	1S12	1S13 vs 1S12
Receita operacional líquida	186.706	151.142	23,5%	415.692	285.803	45,4%
Custo de geração de energia elétrica	(111.006)	(70.950)	56,5%	(230.583)	(130.531)	76,6%
Lucro Bruto	75.700	80.192	-5,6%	185.109	155.272	19,2%
Despesas gerais e administrativas	(31.559)	(22.382)	41,0%	(52.678)	(43.494)	21,1%
Amortização do direito de exploração	(32.444)	(25.393)	27,8%	(64.451)	(47.225)	36,5%
Depreciação e amortização	(653)	(551)	18,5%	(1.288)	(685)	88,0%
Lucro operacional	11.044	31.866	-65,3%	66.692	63.868	4,4%
Resultado Financeiro	(63.334)	(36.823)	72,0%	(129.006)	(59.452)	117,0%
IR e CS	647	(549)	-217,9%	(4.485)	1.086	n.a.
Lucro líquido	(51.643)	(5.506)	837,9%	(66.799)	5.502	n.a.
Margem líquida	-27,7%	-3,6%	-24,0 p.p.	-16,1%	1,9%	-18,0 p.p.
EBITDA	98.684	91.867	7,4%	238.997	171.399	39,4%
Margem EBITDA	52,9%	60,8%	7,9 p.p.	57,5%	60,0%	-2,5p.p.
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	121.483	91.867	32,2%	284.969	171.339	66,3%
Margem EBITDA Ajustada ⁽¹⁾	65,1%	60,8%	4,3 p.p.	68,6%	60,0%	8,0p.p.

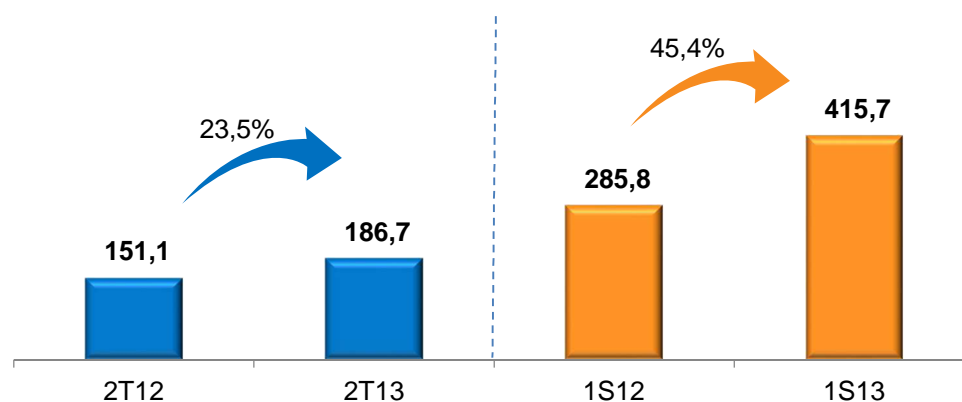
(1) Exclui os feitos dos gastos extraordinários

Receita Operacional Líquida

As receitas de venda de energia são provenientes de contratos de longo prazo de Proinfa, CCEAR, CER e Mercado Livre, com índices de reajuste indexados ao IPCA ou IGP-M.

No 2T13 a receita líquida foi 23,5% maior que a apurada no mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 151,1 milhões no 2T12 para R\$ 186,7 milhões no 2T13. A Receita Líquida do 1S13 alcançou R\$ 415,7 milhões, um aumento de 45,4% em relação ao 1S12 (R\$ 285,8 milhões). O bom desempenho decorre da receita adicionada pelos ativos Bio Ipê, Bio Pedra (a partir de Maio/2012) Complexo Eólico Santa Clara (a partir de julho/2012), Usina Solar Tanquinho (a partir de novembro/2012) e PCH Salto Góes (a partir de dezembro/2012), além da contribuição das aquisições da Bons Ventos S.A. e da Usina Ester, incorporadas em junho e outubro de 2012, respectivamente.

Evolução da Receita Líquida (R\$MM)



Custos de geração de energia

Abertura do Custo	2T13	2T12	2T13 vs 2T12	1S13	1S12	1S13 vs 1S12
Custo de compra de energia	(30.828)	(18.160)	69,8%	(63.804)	(36.576)	74,4%
Encargos de uso de sistema	(14.467)	(6.431)	125,0%	(24.700)	(10.966)	125,2%
Depreciação e amortização	(54.543)	(34.057)	60,2%	(106.566)	(59.621)	78,7%
Outros	(11.168)	(12.302)	-9,2%	(35.513)	(23.368)	52,0%
Total dos Custos	(111.006)	(70.950)	56,5%	(230.583)	(130.531)	76,6%

Os custos de geração de energia foram de R\$ 70,9 milhões no 2T12, aumentando para R\$ 111,0 milhões no 2T13, um incremento de 56,5%. Esta variação se deve:

- (i) Ao aumento de compra de energia no período destinada a suprir o lastro dos contratos de venda de energia das usinas Coopcana e Alvorada, no valor de R\$ 17,4 milhões no 2T13;
- (ii) Ao maior custo na linha de encargos de uso de sistema explicado pela provisão de R\$ 5,4 milhões (no 2T13 e sem valor equivalente nos períodos anteriores) referentes aos encargos de serviços do sistema (ESS) destinados exclusivamente ao ressarcimento dos agentes de geração termelétrica.
- (iii) Aumento da depreciação e amortização devido ao contínuo crescimento das operações da Companhia explicado pela entrada em operação dos ativos: Bio Ipê, Bio Pedra (a partir de Maio/2012), Complexo Eólico Santa Clara (a partir de julho/2012), Usina Solar Tanquinho (a partir de novembro/2012) e PCH Salto Góes (a partir de dezembro/2012), além das aquisições da Bons Ventos S.A. e da Usina Ester em junho e outubro de 2012, respectivamente.

Os custos de geração de energia totalizaram R\$ 230,6 milhões no 1S13, 76,6% maior em relação ao 1S12. A variação decorre do crescimento do portfólio de ativos em operação (impacto na depreciação e nos encargos de uso de sistema) e de gastos extraordinários no valor de R\$ 22,3 milhões com a provisão do ESS e compra de energia para lastro de contratos. Além disto, no 1S13 as condições hidrológicas desfavoráveis, juntamente com a sazonalização de energia feita pelos agentes no início de 2013, resultaram na aplicação do GSF e ocasionaram despesas extraordinárias com compra de energia no valor de R\$ 23,2 milhões no 1T13.

Despesas Gerais e Administrativas

Abertura das Despesas G&A	2T13	2T12	2T13 vs 2T12	1S13	1S12	1S13 vs 1S12
Despesas com pessoal	(14.231)	(10.134)	40,4%	(27.386)	(22.609)	21,1%
Serviço de terceiros	(11.839)	(7.460)	58,7%	(16.274)	(13.349)	21,9%
Depreciação	(653)	(551)	18,5%	(1.288)	(685)	88,0%
Amortização do direito de exploração	(32.444)	(25.393)	27,8%	(64.451)	(47.225)	36,5%
Outros	(5.489)	(4.788)	14,6%	(9.018)	(7.536)	19,7%
Total das despesas G&A	(64.656)	(48.326)	33,8%	(118.417)	(91.404)	29,6%

De forma geral, a Companhia vem adequando sua estrutura corporativa para suportar o crescimento dos seus negócios, com impactos em suas despesas gerais e administrativas, que somaram R\$ 64,7 milhões no 2T13, 33,8% acima dos R\$ 48,3 milhões registrados no 2T12. Dentre as principais variações, explicam este acréscimo: (i) aumento de R\$ 4,1 milhões na rubrica de Pessoal; (ii) maiores gastos com serviços de terceiros em função da reclassificação de custos de operação das usinas para despesas com serviços profissionais no montante de R\$ 4,2 milhões, que durante o exercício de 2012 tinham os seus respectivos gastos registrados na rubrica Outros custos; e (iii) um acréscimo de R\$ 7,1 milhões na rubrica de amortização do direito de exploração, que reflete – principalmente – a amortização decorrente da aquisição da Bons Ventos S.A. em junho de 2012, previstas no plano de aquisição.

Podemos destacar ainda que os resultados gerados pela Bons Ventos S.A., incluindo as despesas gerais e administrativas, passaram a ser contabilizados a partir de junho de 2012. Os períodos subsequentes já refletem integralmente a performance deste ativo.

No semestre, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 29,6%, passando de R\$ 91,4 milhões no 1S12 para R\$ 118,4 milhões no 1S13. O aumento das despesas deve-se ao crescimento dos negócios da Companhia, com maiores despesas com pessoal e serviços de terceiros, além da maior amortização de direitos de exploração (substancialmente incorridos pela Bons Ventos S.A., que gerou amortização de R\$ 17 milhões no período).

EBITDA

A CPFL Renováveis apresentou EBITDA de R\$ 98,7 milhões no 2T13, aumento de 7,4% em relação ao 2T12 (R\$ 91,9 milhões). No semestre, o EBITDA montou R\$ 238,9 milhões, 39,4% superior ao reportado no 1S12 (R\$ 171,4 milhões). As margens passaram de 60,8% no 2T12 para 52,9% no

2T13, enquanto no semestre a margem decresceu 2,5 p.p. entre os períodos comparados (de 60,0% no 2S12 para 57,5% no 2S13).

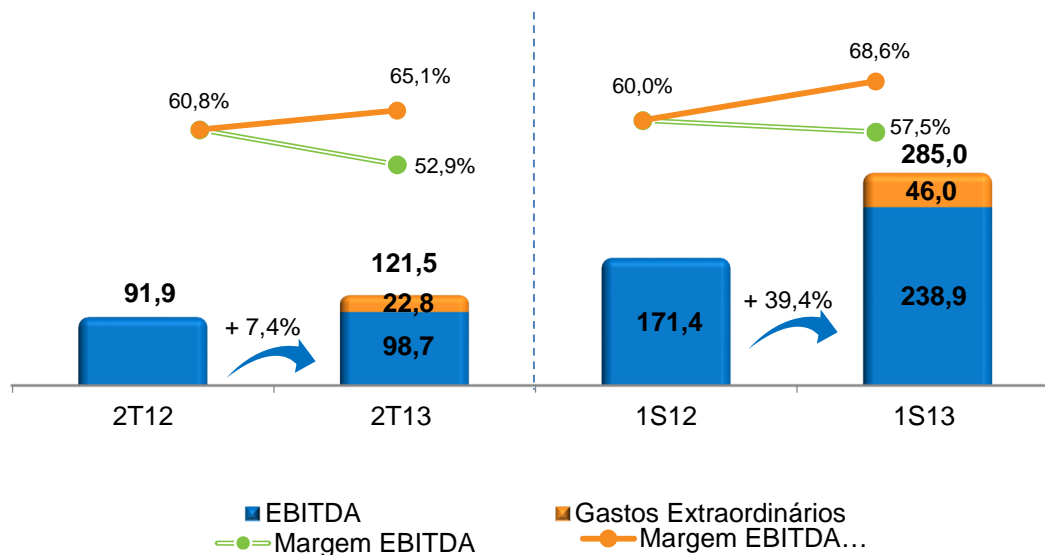
Desconsiderando-se os gastos extraordinários - anteriormente mencionados - de R\$ 22,8 milhões no 2T13 e de R\$ 46,0 milhões no 1S13, referentes à compra de energia para suprir lastro de contratos, despesas de GSF (apenas no 1T13) e de ESS o EBITDA da Companhia apresentaria as seguintes evoluções:

- (i) R\$ 121,5 milhões no 2T13, com margem de 65,1% e representando um acréscimo de 32,2% contra o 2T12; e
- (ii) R\$ 285,0 milhões no 1S13, com margem de 68,6% e superior em 66,3% ao Ebitda apurado no 1S12.

É importante lembrar que a Companhia estruturou-se nos últimos 2 anos para fazer frente ao seu plano de crescimento e, portanto, naturalmente seus custos e despesas sofreram elevações superiores à receita, já que muitos ativos ainda encontram-se em fase de construção.

Dada a sazonalidade do regime de ventos e da safra de cana de açúcar, e que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e das usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se o mesmo efeito suas receitas, fazendo com que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.

Evolução EBITDA (R\$ Milhões)



(1) Exclui os efeitos dos gastos extraordinários

Resultado Financeiro

Abertura do Resultado Financeiro	2T13	2T12	2T13 vs 2T12	1S13	1S12	1S13 vs 1S12
Receitas Financeiras	9.160	12.658	-27,6%	18.717	26.838	-30,3%
Receita de aplicação financeira	9.047	8.388	7,9%	17.061	21.723	-21,5%
Outras receitas	113	4.270	-97%	1.656	5.115	-68%
Despesas Financeiras	(72.494)	(49.481)	46,5%	(147.723)	(86.290)	71,2%
Juros de empréstimos e debentures	(82.829)	(57.662)	43,6%	(162.082)	(100.291)	61,6%
Outras despesas financeiras	10.335	8.181	26,3%	14.359	14.001	2,6%
Resultado Financeiro	(63.334)	(36.823)	72,0%	(129.006)	(59.452)	117,0%

No 2T13 as receitas financeiras totalizaram R\$ 9,2 milhões, enquanto no 2T12 esta rubrica totalizou R\$12,7 milhões. A redução de 27,6% entre os períodos é explicada pelo menor saldo médio de caixa no 2T13 era de R\$ 651,2 milhões, comparados a R\$ 766,3 milhões no 2T12.

No 1S13 as receitas financeiras alcançaram R\$ 18,7 milhões, um decréscimo de 30,3% quando comparadas ao 1S12 (R\$ 26,8 milhões), também devido ao menor saldo de caixa médio no período.

Já as despesas financeiras no 2T13, aumentaram 46,5% quando comparadas ao 2T12, totalizando R\$ 72,5 milhões e R\$ 49,5 milhões, respectivamente. No 1S13, as despesas financeiras alcançaram R\$ 147,7 milhões, incremento de 71,2% em relação ao 1S12. O acelerado crescimento na capacidade instalada e no portfólio de ativos da Companhia é naturalmente associado a dívidas de longo prazo, com respectivo efeito nos resultados trimestrais à medida que entram em operação ou que as aquisições passem a ser consolidadas na CPFL Renováveis, explicando, portanto, o incremento nas despesas financeiras apresentadas ao longo do tempo.

Conseqüentemente, no 2T13 e no 1S13 o aumento das despesas financeiras é explicado principalmente pelos seguintes itens:

- (i) Efeito de R\$ 9,9 milhões entre os trimestres e de R\$ 33,9 milhões nos semestres comparados que decorrem de juros das dívidas captadas para aquisições realizadas em 2012, como da Bons Ventos S.A. e da Usina Ester, totalizando R\$ 830 milhões;
- (ii) Impacto de R\$ 10,9 milhões no trimestre e de R\$ 22,8 milhões no semestre referente às dívidas assumidas pela Companhia nas aquisições dos dois ativos;
- (iii) R\$ 2,3 milhões no 2T13 oriundos das despesas financeiras correspondentes aos ativos que entraram em operação durante o ano e passaram a ter seus juros contabilizados no resultado financeiro (R\$ 4,8 milhões referentes ao 1S13).

Em função das variações entre as receitas e despesas financeiras descritas acima, o resultado financeiro da CPFL Renováveis correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$ 63,3 milhões no 2T13 e de R\$ 129,0 milhões no 1S13, representando acréscimos de 72,0% e de 117,0% na comparação com os respectivos períodos de 2012.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social no 1S13 ficou em 7,2%. A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs: Bons Ventos, Formosa e Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real em função de ultrapassarem o limite de faturamento exigido por lei para enquadramento no lucro presumido que é de R\$ 42 milhões atualmente e passará para R\$ 78 milhões a partir de janeiro de 2014.

Lucro (Prejuízo) Líquido

No 2T13 a CPFL Renováveis apresentou resultado líquido negativo de R\$ 51,6 milhões. No semestre, o resultado líquido negativo somou R\$ 66,8 milhões.

A principal explicação para este resultado é o efeito da despesa financeira líquida de R\$ 63,3 milhões no 2T13 e de R\$ 129,0 milhões no 1S13 (aumento de 72,0% na comparação dos trimestres e de 117,0% na comparação dos semestres), que decorre do maior saldo de dívidas em função das captações necessárias para as aquisições feitas durante o ano de 2012, bem como do aumento no volume de ativos em operação. A alavancagem financeira através de dívidas de longo prazo está associada ao acelerado crescimento na capacidade instalada e do portfólio de ativos da CPFL Renováveis que foi criada há 2 anos com 651,7 MW de capacidade instalada, atualmente já opera 1.153,1 MW e outros 582,2 MW encontram-se em construção.

Dada a sazonalidade do regime de ventos e da safra de cana de açúcar, e que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e das usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se o mesmo efeito suas receitas, fazendo com que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.

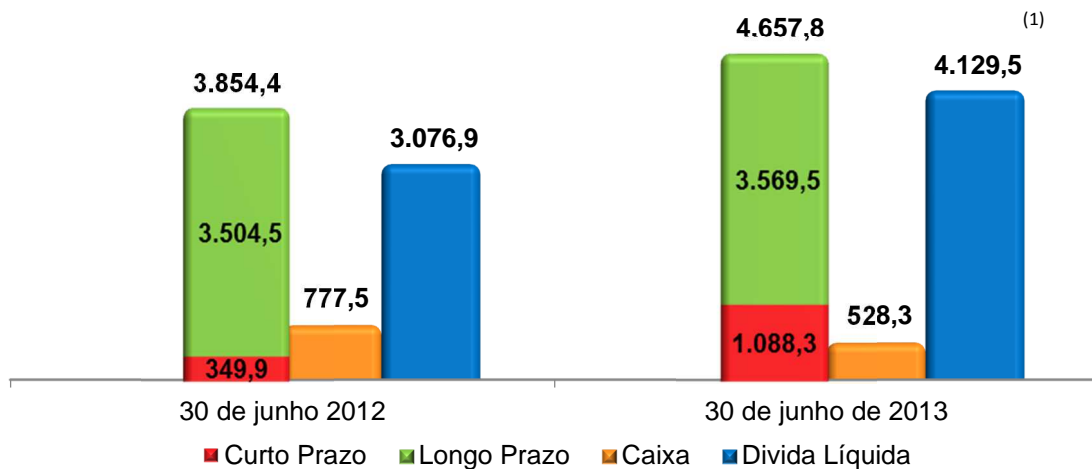
Investimento

No 1S13 a CPFL Renováveis investiu R\$ 553,9 milhões, principalmente nos projetos em construção: (i) UTE Coopcana; (ii) UTE Alvorada; (iv) Complexo Macacos I; (v) Parque Eólico Campo dos Ventos II; (vi) Complexo Atlântica (Atlântica I, II, IV e V); (vii) Complexo Campo dos Ventos (Campo dos Ventos I, III e V); (viii) Complexo São Benedito (Ventos de São Benedito, Ventos de Santo Dimas, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos e Ventos de São Martinho). No 1S12 os investimentos foram de R\$ 642,0 milhões

Endividamento

O endividamento líquido consolidado do 1S13 totalizou R\$ 4.129,5 milhões, um aumento de 34% em relação ao mesmo período de 2012. Grande parte deste aumento é explicado pelas captações realizadas durante o ano de 2012 para fazer frente às aquisições da Bons Ventos S.A. e da Usina Ester ocorridas em junho e outubro de 2012, respectivamente. Além disso, no 1S13 a Companhia realizou captações de R\$ 622 milhões em novas dívidas para seus projetos em construção.

Endividamento (R\$ milhões)



(1) Inclui R\$775MM de empréstimos ponte os quais serão quitados com a captação de dívida de longo prazo

Finalizamos o 1S13 com endividamento total de R\$ 4.657,8 milhões, com prazo médio de 6,8 sem considerar os empréstimos ponte (que serão quitados com as captações de dívida de longo prazo) e custo médio nominal de 7,61% a.a. (98,6% do CDI).

Notas Explicativas

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

As controladas indiretas SPE Barra da Paciência Energia S.A., SPE Corrente Grande Energia S.A., SPE Ninho da Águia Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A., SPE São Gonçalo Energia S.A., SPE Várzea Alegre Energia S.A., nomearam a Companhia como agente que as representam na CCEE. Desta forma a Companhia gerencia o portfólio e o risco de geração das mesmas, conforme os compromissos assumidos descritos na nota explicativa 28.3.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individual e consolidada o capital circulante líquido negativo no montante de R\$149.596 e R\$536.731, respectivamente, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo (empréstimos ponte) incorrido para financiar o início das obras de construções das suas usinas eólicas no montante de R\$150.000 e R\$625.425, respectivamente. Durante o ano de 2012 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II, através da captação de recursos de curto prazo.(conforme nota explicativa nº 15 itens (h), (o), (p), (q), (r)). A Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES e aguarda os trâmites de aprovação, esse financiamento será utilizado para quitação dos empréstimos ponte obtidos.

A Administração da Companhia, não obstante os fatos descritos anteriormente, entende que as operações de suas controladas serão conduzidas normalmente considerando os contratos de autorização e os contratos de venda de energia celebrados no âmbito do CCEAR, descritos abaixo:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

<u>SPE</u>	<u>Tipo</u>	<u>Energia contratada (MWm)</u>	<u>Preço contratado (R\$/MWh)</u>	<u>Índice de reajuste</u>	<u>Mês de reajuste</u>	<u>Mês e ano do início</u>	<u>Prazo (em anos)</u>
Atlântica I	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica II	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica IV	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica V	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Macacos	CCEAR	9,7	136,01	IPCA	Novembro	set/13	20
Pedra Preta	CCEAR	10,1	130,43	IPCA	Novembro	set/13	20
Juremas	CCEAR	7,5	136,01	IPCA	Novembro	set/13	20
Costa Branca	CCEAR	9,8	130,43	IPCA	Novembro	set/13	20
Campo dos Ventos II	CER	14,0	126,19	IPCA	Setembro	set/13	20

A maior parte das controladas diretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar conforme descrito nas notas explicativas nº 1.6 a nº 1.9.

1.1. Aquisição do Complexo Eólico Atlântica - 2012

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A.; (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A.; (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A.; e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA, realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo Eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2012 (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de R\$24.528 foi pago aos vendedores em março de 2012: (i) valor principal R\$24.000; e (ii) complemento de preço R\$528.

1.2. Aquisição da BVP S.A. - 2012

Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R\$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R\$445.124 pago aos vendedores; (ii) assunção de dívida líquida no valor R\$439.191; e (iii) R\$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R\$83.428.

A Bons Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel e Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme divulgado em fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

1.3. Aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas) - 2012

Em 09 de março de 2012, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R\$177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 3,2 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas). O valor pago pela SPE Lacenas foi de R\$111.500, sendo R\$55.244 pagos em caixa aos vendedores e com assunção de dívida líquida no valor de R\$56.256.

A transferência de controle da SPE Lacenas para a Companhia foi aprovada pela ANEEL em 02 de outubro de 2012 e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 14 de agosto de 2012.

1.4. Aquisição de Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RDV (transação prevista para conclusão até o final de setembro de 2013)

Em 18 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques Eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O preço total da aquisição é de R\$99.700, que compreende: (i) o valor de R\$62.000 a ser pago ao vendedor; e (ii) a assunção de dívida da Rosa dos Ventos no valor de R\$37.700; os quais poderão ser ajustados até a data do fechamento da aquisição, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações. A aquisição do controle e o pagamento do preço encontram-se sujeitos ao atendimento das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda de ações e à obtenção das aprovações prévias pertinentes.

1.5. Informações adicionais sobre aquisição das controladas Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas e da aquisição em andamento de Rosa dos Ventos.

Notas Explicativas CPFL Renováveis S.A. e Controladas

a) Contrapartidas

	Complexo			Rosa dos
	<u>Atlântica</u>	<u>BVP</u>	<u>Lacenas</u>	<u>Ventos</u>
	<u>26.03.12</u>	<u>19.06.12</u>	<u>18.10.12</u>	<u>30.06.2013</u> (estimado)
Contraprestações transferidas em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:				
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	24.000	445.124	53.836	62.000
Contas a pagar aos acionistas	-	-	1.408	-
Caixa transferido diretamente para a Jantus e BVP para pagamento de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	-	127.548	-	-
Ajuste de preço paga aos vendedores de acordo com cláusula contratual	528	83.428	-	-
Total da contraprestação	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>55.244</u>	<u>62.000</u>

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

Para as aquisições do Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas a totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado para ágio nestas transações.

A alocação do valor pago foi suportada por laudo de avaliação econômico-financeiro e por análises conduzidas pela própria Administração.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização inicial da aquisição do Complexo Eólico Atlântica, em 29 de fevereiro de 2012, e BVP, em 31 de maio de 2012, foram concluídas. A contabilização da aquisição da Lacenas, em 30 de setembro de 2012, encontra-se provisoriamente registrada em 30 de junho de 2013, com base na melhor estimativa da Administração, sendo que na data da conclusão destas informações contábeis intermediárias, a avaliação da mensuração dos ativos intangíveis não tinha sido finalizada. Em decorrência da aquisição de Rosa dos Ventos não estar concluída em 30 de junho de 2013, apresentamos abaixo a melhor estimativa da Companhia.

A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos do Complexo Atlântica, BVP e Lacenas, e a melhor estimativa da Companhia para a aquisição da Rosa dos Ventos a valor justo:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Complexo			Rosa dos
	<u>Atlântica</u>	<u>BVP</u>	<u>Lacenas</u>	<u>Ventos</u>
	<u>26.03.12</u>	<u>19.06.12</u>	<u>18.10.12</u>	<u>30.06.13</u> (estimado)
Ativos circulantes:				
Caixa e equivalentes de caixa	186	28.092	-	225
Contas a receber de clientes	-	16.232	-	7.741
Impostos a recuperar	-	5.116	-	10
Despesas antecipadas	121	848	-	-
Outros créditos	37	1.023	-	176
Ativos não circulantes:				
Aplicações financeiras vinculadas	-	38.752	-	4.161
Impostos diferidos	-	57.121	-	-
Outros créditos	-	10.000	-	-
Imobilizado	23.007	571.495	100.591	53.310
Intangível - Direito de exploração	1.873	760.029	17.862	56.000
Passivos circulantes:				
Fornecedores	54	14.430	-	188
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	39.324	7.418	2.027
Obrigações tributárias e trabalhistas	5	4.571	-	209
Adiantamentos de clientes	-	17.553	880	-
Dividendos propostos	-	-	-	2.441
Outros passivos	-	603	-	755
Passivos não circulantes:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	461.126	48.838	34.963
Fornecedores	-	5.818	-	-
Impostos diferidos	-	16.629	-	-
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	637	258.410	6.073	19.040
Provisões para desmobilização de ativos e compromissos socioambientais	-	14.144	-	-
Ativos líquidos adquiridos	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>55.244</u>	<u>62.000</u>
Contrapartida transferida/a transferir	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>55.244</u>	<u>62.000</u>

No processo de alocação do preço de aquisição, foi identificado o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada, estando este ativo suportado por laudo de avaliação econômico-financeira. Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, pelo método da linha reta, vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 23 anos para o Complexo Eólico Atlântica, 21 anos para a BVP, 20 anos para Lacenas (Usina Ester) e 20 anos para Rosa dos Ventos (estimado).

Notas Explicativas CPFL Renováveis S.A. e Controladas

c) Saída de caixa líquido na aquisição das controladas

	Complexo			Rosa dos
	<u>Atlântica</u>	<u>BVP</u>	<u>Lacenas</u>	Ventos
	<u>26.03.12</u>	<u>19.06.12</u>	<u>18.10.12</u>	<u>30.06.13</u>
				(estimado)
Contrapartidas pagas em caixa (a pagar no caso de RV)	24.528	656.100	53.836	62.000
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(186)</u>	<u>(28.092)</u>	<u>-</u>	<u>(225)</u>
Caixa líquido de aquisição	<u>24.342</u>	<u>628.008</u>	<u>53.836</u>	<u>61.775</u>

d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido (prejuízo) das empresas adquiridas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas no ano da aquisição:

		Receita	Lucro (prejuízo)
		Operacional	Líquido
		<u>2012</u>	<u>2012</u>
Atlântica	01/03/2012 a 31/12/2012	-	(1.969)
BVP	01/06/2012 a 31/12/2012	103.919	27.312
Lacenas	01/10/2012 a 31/12/2012	6.793	715
Rosa dos Ventos		-	-
		<u>110.712</u>	<u>26.058</u>

e) Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido (prejuízo) do exercício caso as aquisições tivessem ocorrido no início do exercício.

	Receita	Lucro (prejuízo)
	Operacional	Líquido
	<u>2012</u>	<u>2012</u>
CPFL Renováveis - Histórico	806.420	8.261
Ajuste pro forma (i)	<u>68.759</u>	<u>(20.290)</u>
Total	<u>875.179</u>	<u>(12.029)</u>

- (i) Os ajustes pro forma da receita operacional consideram a adição da receita operacional das controladas BVP e Lacenas para os períodos em que elas não eram consolidadas pela Companhia.

Os ajustes pro forma do lucro (prejuízo) líquido consideram: (i) adição do resultado das controladas BVP, Lacenas e Atlântica para os períodos em que elas não eram consolidadas pela Companhia; (ii) exclusão dos efeitos de despesas não recorrentes de consultorias e comissões para a aquisição das controladas, (iii) inclusão dos efeitos financeiros da captação de empréstimos para viabilizar a aquisição da BVP e (iv) inclusão da amortização do direito de exploração e da depreciação do valor justo do ativo imobilizado, líquidos de impactos fiscais, caso essas empresas tivessem sido adquiridas no início do exercício.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A aquisição do complexo eólico Atlântica (projeto em construção com previsão de entrada em operação comercial em dezembro de 2013) foi concluída em 26 de março de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29 de fevereiro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 10 (dez) meses de operações dessa controlada, sendo 4 (quatro) meses no primeiro semestre de 2012.

A aquisição da BVP foi concluída em 19 de junho de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31 de maio de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 1 (um) mês de operação dessa controlada no primeiro semestre de 2012.

A aquisição de Lacenas foi concluída em 18 de outubro de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30 de setembro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 3 (três) meses de operação dessa controlada, sem impacto no primeiro semestre de 2012.

A aquisição de Rosa dos Ventos, encontra-se sujeita à satisfação das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda de ações e à obtenção das aprovações prévias pertinentes para ser concluída. Portanto, em 30 de junho de 2013, esta aquisição não está contabilizada nos livros da Companhia.

1.6. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	29,9
Buritís	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	18,8
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paiol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Disp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					420,0

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

*** Potenciais hidráulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos.

1.7. Projetos de geração eólica

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de</u>
					<u>energia</u>
					<u>instalada (MW)**</u>
Atlântica I	2	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	2	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	2	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	2	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	3	Resolução 3967	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos II	2	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	3	Resolução 3968	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos V	3	Resolução 3969	27/03/2013	30 anos	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Costa Branca	2	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	26,0
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	30,0
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Icaraizinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	2	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	2	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	23,4
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	26,0
Pedra Cheirosa II	3	Em andamento *	-	-	24,0
Pedra Preta	2	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falesias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falesias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falesias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia de Bitupitá I	3	Em andamento *	-	-	30,0
Praia de Bitupitá II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Praia de Bitupitá III	3	Em andamento *	-	-	12,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	104,4
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	3	Em andamento *	-	-	30,0
Santa Úrsula	3	Em andamento *	-	-	28,0
São Benedito	3	Em andamento *	-	-	29,9
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Dimas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Ventos de São Martinho	3	Em andamento *	-	-	29,9
Total					<u>1.564,2</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.8. Projetos de geração à biomassa

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Alvorada	2	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baía Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	2	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					<u>370,0</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

(2) - Construção

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.9. Projetos de geração de energia solar

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Solar 1	1	Of.ANEEL n°961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,0
Total					<u>1,0</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

**Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

1.10. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital votante, Grupo CPFL (63,00%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (8,02%), Secor - LLC (9,24%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (4,99%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (2,48%), GMR Energia S.A. (2,23%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,63%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,41%) e outros - pessoas físicas (1,00%).

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao direito de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Companhia; direito de preferência em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações; direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como direitos de “tag along” e de preferência; e Oferta Pública Inicial ou outras capitalizações futuras da Companhia.

Além disso, o Acordo de Acionistas prevê que determinados temas relevantes sejam aprovados por quórum qualificado em Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

1.11. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações contábeis intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e PCH).

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia e de suas controladas, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

- As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Outros créditos não circulantes - saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (nota explicativa nº 9).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Intangível (nota explicativa nº 13).
 - Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
 - Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
 - Provisão CCEE e encargos (notas explicativas nº 22 e nº 23, respectivamente).
 - Impostos diferidos (nota explicativa nº 25.2).
 - Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).
- 2.6. Reapresentação das informações contábeis intermediárias para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012.

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou as informações contábeis intermediárias referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e concluiu pela necessidade de reapresentação das demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

As reclassificações não produziram efeitos no lucro líquido e patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, como anteriormente apresentadas, assim como também não produziram efeitos nos períodos anteriores a 1º de janeiro de 2012.

As reclassificações efetuadas estão resumidas a seguir:

Notas Explicativas CPFL Energia Renováveis S.A. e Controladas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 6 meses

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	01/01/2012 a 30/06/2012	Ref. 1	01/01/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012	Ref. 2	01/01/2012 a 30/06/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.952	-	13.952	285.803	-	285.803
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(10.967)	-	(10.967)	(136.786)	6.255	(130.531)
LUCRO BRUTO	2.985	-	2.985	149.017	6.255	155.272
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(28.826)	-	(28.826)	(34.688)	(6.255)	(40.943)
Remuneração dos administradores	(2.553)	-	(2.553)	(2.553)	-	(2.553)
Depreciação	(685)	-	(685)	(685)	-	(685)
Resultado de equivalência patrimonial	53.123	(25.146)	8.550	36.527	-	-
Amortização do direito de exploração	(25.146)	25.146	-	(47.225)	-	(47.225)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1	-	1	2	-	2
Total	(4.086)	-	8.550	(85.149)	(6.255)	(91.404)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(1.101)	-	8.550	63.868	-	63.868
Receitas financeiras	10.535	-	10.535	26.838	-	26.838
Despesas financeiras	(12.500)	-	(12.500)	(86.290)	-	(86.290)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.066)	-	8.550	4.416	-	4.416
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	(14.040)	-	(14.040)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.550	-	(8.550)	15.126	-	15.126
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	5.484	-	5.484	5.502	-	5.502

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 3 meses

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	01/04/2012 a 30/06/2012	Ref. 1	01/04/2012 a 30/06/2012	01/04/2012 a 30/06/2012	Ref. 2	01/04/2012 a 30/06/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.361	-	8.361	151.142	-	151.142
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(4.539)	-	(4.539)	(74.190)	3.240	(70.950)
LUCRO BRUTO	3.822	-	3.822	76.952	3.240	80.192
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(15.824)	-	(15.824)	(18.420)	(3.240)	(21.660)
Remuneração dos administradores	(745)	-	(745)	(745)	-	(745)
Depreciação	(574)	-	(574)	(551)	-	(551)
Resultado de equivalência patrimonial	19.904	(12.831)	4.391	11.464	-	-
Amortização do direito de exploração	(12.831)	12.831	-	(25.393)	-	(25.393)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(14)	-	(14)	23	-	23
Total	(10.084)	-	4.391	(45.086)	(3.240)	(48.326)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(6.262)	-	4.391	31.866	-	31.866
Receitas financeiras	5.654	-	5.654	12.658	-	12.658
Despesas financeiras	(9.307)	-	(9.307)	(49.481)	-	(49.481)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.915)	-	4.391	(4.957)	-	(4.957)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	(7.325)	-	(7.325)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4.391	-	(4.391)	6.776	-	6.776
PREJUÍZO DO PERÍODO	(5.524)	-	(5.524)	(5.506)	-	(5.506)

FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	30/06/2012	Ref. 3	30/06/2012	30/06/2012	Ref. 4	30/06/2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(50.558)	62.717	12.159	(90.391)	168.758	78.367
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(584.823)	(62.717)	(647.540)	(1.235.923)	(168.758)	(1.404.681)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	687.739	-	687.739	1.315.258	-	1.315.258
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	52.358	-	52.358	(11.056)	-	(11.056)

1. Na controladora, a reclassificação da amortização do direito de exploração resultante da aquisição de negócios, originalmente registrada como despesa de amortização nas despesas operacionais, e o respectivo imposto diferido registrado como despesa, reapresentados para serem classificados, pelo líquido, na conta de resultado de equivalência patrimonial na controladora.
2. Reclassificação de algumas despesas entre o grupo de despesas gerais e administrativas e custo de geração de energia elétrica, como forma de aprimorar a comparação das informações.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

3. Na controladora, a reclassificação dos dividendos recebidos de controladas, originalmente registrados no fluxo de caixa das atividades de investimentos, reapresentados para serem classificados no fluxo de caixa das atividades operacionais e a reclassificação do pagamento de contas a pagar de aquisições originalmente registrados no fluxo de caixa das atividades operacionais reapresentados para serem classificados no fluxo de caixa das atividades de investimentos.
4. No consolidado, a reclassificação do pagamento de contas a pagar de aquisições originalmente registrados no fluxo de caixa das atividades operacionais reapresentados para serem classificados no fluxo de caixa das atividades de investimentos.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas**3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS**

As informações contábeis intermediárias incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

<u>Empresas</u>	<u>Forma de Consolidação</u>	<u>Participação - %</u>		<u>Empresas</u>	<u>Forma de Consolidação</u>	<u>Participação - %</u>	
		<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>			<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Aiuruoca	Integral	-	100%	Figueira Branca	Integral	100%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Gameleira	Integral	100%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Jayaditya	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Juremas	Integral	95%	-
Atlântica II	Integral	100%	-	Lacenas	Integral	100%	-
Atlântica IV	Integral	100%	-	Macacos	Integral	95%	-
Atlântica V	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Paíol	Integral	-	100%
Bio Buriti	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Coopcana	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	95%	-
Bio Pedra	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Bitupitá I	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Bitupitá II	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Bitupitá III	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Boa Vista 1	Integral	100%	-	Santa Clara I	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Santa Clara III	Integral	100%	-
Bons Ventos	Integral	-	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Santa Clara V	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Santa Cruz	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Ursula	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	São Benedito	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
Corrente Grande	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
Costa Branca	Integral	95%	-	SIIF Desenvolvimento (i)	Integral	100%	-
Costa das Dunas	Integral	90%	-	SIIF Energies (i)	Integral	100%	-
Curral Velho I	Integral	-	100%	Solar 1	Integral	100%	-
Curral Velho II	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Curral Velho IV	Integral	-	100%	T-15	Integral	100%	-
Eólica Formosa	Integral	-	100%	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Holding	Integral	100%	-	Turbina 16	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Eurus VI	Integral	100%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-

(i) No período findo em 30 de junho de 2013 as SPE's participaram de reestruturação societária (ver nota explicativa 11).

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações contábeis intermediárias consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R\$43.621 em 30 de junho de 2013 (R\$9.896 em 31 de dezembro de 2012), registrado na conta provisão para perda de investimentos no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores, em 30 de junho de 2013, são de R\$10.349 e 31 de dezembro de 2012 é R\$10.383.

PCH Holding 2

Em 30 de junho de 2013, a controlada direta PCH Holding 2 apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$14.053 decorrente, principalmente, das despesas financeiras incorridas pelas debêntures emitidas para financiar a aquisição da Santa Luzia Energética S.A., cuja primeira amortização, no montante de R\$8.701, ocorrerá em 22 de junho de 2015. A Companhia possui provisão para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido da PCH Holding 2, demonstrando estar comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações.

SIIF Desenvolvimento

Em 30 de junho de 2013, a controlada direta SIIF Desenvolvimento apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$29.568 decorrente, principalmente, de estudos de projetos eólicos. A SIIF Desenvolvimento possui contrato de mútuo com a SIIF Energies, remunerados a taxas de 5% ao ano por prazo indeterminado, cujo saldo em 30 de junho de 2013 era de R\$24.362. A Companhia, possui provisão para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido da controlada, demonstrando estar comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações.

Desta forma, a Companhia registra no passivo não circulante o saldo de passivo a descoberto das controladas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas notas explicativas nº 4.1 a nº 4.11 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	1.894	1.005	5.479	17.718
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	1.477	264
Fundos de investimento (b)	18.962	74.117	391.469	609.253
Operações compromissadas em debêntures (a)	119.700	-	122.975	12.850
Total de Caixa e equivalentes de caixa	<u>140.556</u>	<u>75.122</u>	<u>521.400</u>	<u>640.085</u>

- (a) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 85,48% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.
- (b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa média de remuneração destes fundos é 102,17% do CDI na data do balanço.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Controladas	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/06/2013	31/12/2012
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	1.948	1.888
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	3.021	2.928
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	1.498	1.452
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	2.203	2.136
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	1.479	1.435
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	17.972	17.421
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	3.404	3.301
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	1.840	1.785
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	1.883	1.825
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	1.122	1.089
Bio Formosa (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	2.177	2.068
Salto Góes (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,52% *	2.025	-
Bons Ventos (b)	BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00% *	37.376	35.903
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	73,14% e 98% *	40.276	38.657
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	84,06% *	6.368	6.208
Bio Pedra (e)	Itaú	CDB/Op. Compromissada	Diversos	DI	93,29% *	3.760	3.335
Total						<u>128.352</u>	<u>121.431</u>

(*) Remuneração média do ano, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- (a) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com os contratos de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a seis meses de serviço de dívida. Em 30 de junho de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (b) Refere-se a contas reservas constituídas por Letras Financeiras do Tesouro, nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 30 de junho de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (c) Refere-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela SIIF Energies, de acordo com os contratos de financiamento firmados com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização dos empréstimos dessas empresas. Em 30 de junho de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (d) Refere-se a contas de reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 30 de junho de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (e) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa, Bio Pedra e Salto Góes. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 30 de junho de 2013, a garantia estava 100% integralizada, exceto a garantia da controlada Salto Góes, que encontra-se em período de integralização.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

6.1. Aplicações financeiras

Circulante

SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/06/2013	31/12/2012
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	indeterminado	Diversos	65,07%	5.541	-
						5.541	-

Representa o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 65,07% do CDI na data do balanço

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas**6.2. Títulos e valores mobiliários**

Circulante

SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/06/2013	31/12/2012
SIIF Energies (a)	BNB	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	1.033	1.853
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	9	8
Bons Ventos (b)	BNB	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	203	200
Bons Ventos (b)	Itaú	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	100
						<u>1.350</u>	<u>2.161</u>

- (a) A controlada direta SIIF Energies possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R\$1.033, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a SulAmerica S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e Banco Itaú no montante de R\$317, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazos de vencimento superiores a 90 dias, de alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Circulante				
Concessionárias e permissionárias	22.959	5.248	151.567	170.898
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.587)	-
Total	<u>22.959</u>	<u>5.248</u>	<u>149.980</u>	<u>170.898</u>
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
CCEAR*	-	-	13.649	28.863
CER**	-	-	13.948	23.193
Mercado Livre	22.959	5.248	38.848	27.538
Proinfa	-	-	85.122	91.304
Total	<u>22.959</u>	<u>5.248</u>	<u>151.567</u>	<u>170.898</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Composição das contas a receber a vencer:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
A vencer	30/06/2013	30/06/2013
0 - 15 dias	9.546	37.834
16 - 30 dias	541	72.427
31 - 45 dias	-	1.074
Acima 45 dias	12.872	38.645
Subtotal	22.959	149.980
Vencidos	-	1.587
Total	<u>22.959</u>	<u>151.567</u>

Em 30 de junho de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$85.122 (56% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfa); (ii) R\$31.481 (21% do total) pelo grupo CPFL (acionista controlador); (iii) R\$16.379 (11% do total) pela Câmara de Comercialização Energia Elétrica – CCEE; (iv) R\$6.735 (4% do total) por um grande consumidor; e (v) R\$11.850 (8% do total) por outras empresas.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data do faturamento.

Foi constituída uma provisão para créditos vencidos, no montante de R\$1.587, que se refere, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia constituiu tal provisão para perda.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Impostos de renda e contribuição social a compensar	264	264	11.175	11.275
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.400	9.496	25.866	26.766
COFINS	227	97	45.561	43.850
PIS	49	21	9.829	9.459
Outros	430	33	878	-
	<u>4.370</u>	<u>9.911</u>	<u>93.309</u>	<u>91.350</u>
Ativo circulante	4.370	6.783	63.357	53.317
Ativo não circulante	-	3.128	29.952	38.033
Total	<u>4.370</u>	<u>9.911</u>	<u>93.309</u>	<u>91.350</u>

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas, não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização, e é compensado com o pagamento do imposto devido.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos apurados na aquisição de bens para o ativo imobilizado nas controladas indiretas da SIIF Energies. Os créditos referentes à aquisição desses bens, notadamente máquinas e equipamentos utilizados na geração de energia elétrica, serão compensados com pagamento de PIS e COFINS da Companhia na base de 1/48 avos do valor original.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

<u>Não Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos a receber - consórcios (a)	-	-	43.245	43.245
Provisão para perda Baldin Bio Energia S.A. (a)	-	-	(13.838)	(13.838)
Contratos de pré-compra de energia (a)	-	-	31.897	31.627
Ativos por indenização (b)	-	-	23.950	23.950
Outros créditos a receber	745	1.764	1.323	2.327
Total	745	1.764	86.577	87.311

(a) Baldin Bioenergia S.A.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada) protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial.

No dia 8 de março de 2013, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial. A opção escolhida pela CPFL Renováveis para o recebimento possui as seguintes condicionantes:

- Com Garantia Real: (a) deságio de 25%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; e (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência;
- Quirografários: (a) deságio de 35%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência.

Determinados credores interpuseram agravos de instrumento alegando que o Plano contemplaria ilegalidades e, em 25 de abril de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu conferir efeito suspensivo aos agravos interpostos, isto é, a decisão que homologou o Plano foi suspensa até a decisão final nos agravos. Consequentemente, o Plano e seus respectivos efeitos estão suspensos. A Companhia estima que os agravos sejam julgados até outubro de 2013.

Não obstante os questionamentos dos credores que interpuseram agravos de instrumento, a Administração da Companhia entende que o Plano e os saldos mantidos junto com a Baldin Bioenergia S.A. serão realizados.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

- (i) O montante de R\$29.407 inclui: (i) R\$36.871 de valor de principal, (ii) R\$6.374 de encargos financeiros e (iii) R\$13.838 de provisão para perdas no saldo a receber. Este saldo é referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin-Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., assim como no plano de recuperação judicial, registrou uma provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. no valor de R\$13.838 em 31 de dezembro de 2012. O saldo permanece o mesmo para o período findo em 30 de junho de 2013.
- (ii) O montante de R\$31.897, referente ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R\$51.660, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização destes ativos, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

- (b) O montante de R\$23.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus, no valor de R\$13.950, e Bons Ventos, no valor de R\$10.000. A Companhia tem garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus e Bons Ventos sobre determinadas contingências, caso estas se materializem dentro do período contratual. Esse valor tem como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. (nota explicativa nº 20).

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas**10. PARTES RELACIONADAS**

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Banco Bradesco (nota nº 5)	140.539	74.279	-	-	967	143
	<u>140.539</u>	<u>74.279</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>967</u>	<u>143</u>
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	12.871	2.225	-	-	-	-
	<u>12.871</u>	<u>2.225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Irani	28	30	-	-	-	-
Arvoredo	30	25	-	-	-	-
Barra da Paciência	29	30	-	-	-	-
Bioenergia	16	17	-	-	-	-
Bons Ventos	303	230	-	-	-	-
Chimay Empreendimentos	98	101	-	-	-	-
Cocais Grande	37	38	-	-	-	-
Corrente Grande	25	25	-	-	-	-
Eólica Formosa	61	63	-	-	-	-
Eólica Icarazinho	86	84	-	-	-	-
Eólica Paracuru	61	34	-	-	-	-
Jayaditya	53	55	-	-	-	-
Mohini	166	59	-	-	-	-
Ninho da Água	37	38	-	-	-	-
Paíol	37	38	-	-	-	-
PCH Holding	-	29	-	-	-	-
Plano Alto	37	38	-	-	-	-
Salto Goés	25	-	-	-	-	-
São Gonçalo	49	67	-	-	-	-
Siif Cinco	33	46	-	-	-	-
Sul Centrais	78	80	-	-	-	-
Varginha	28	25	-	-	-	-
Várzea Alegre	12	13	-	-	-	-
	<u>1.329</u>	<u>1.165</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>154.739</u>	<u>77.669</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>967</u>	<u>143</u>

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
Mútuos:						
Sul Centrais (b)	3.564	3.610	-	-	173	-
Sócios não controladores (c)	3.564	3.401	-	-	163	-
	<u>7.128</u>	<u>7.011</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>336</u>	<u>-</u>
Dividendos:						
Bio Pedra	-	3.593	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>3.593</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>7.128</u>	<u>10.604</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>336</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
Passivo circulante						
Mútuos:						
Arvoredo (f)	-	-	6.112	-	(34)	-
Barra da Paciência (f)	-	-	2.955	-	(17)	-
Cocais Grande (f)	-	-	3.952	-	(22)	-
Corrente Grande (f)	-	-	815	-	(5)	-
Ninho da Águia (f)	-	-	9.140	-	(51)	-
Paio1 (f)	-	-	3.410	-	(19)	-
São Gonçalo (f)	-	-	3.566	-	(11)	-
Varginha (f)	-	-	3.966	-	(12)	-
Varzea Alegre (f)	-	-	1.664	-	(9)	-
SIIF Energies do Brasil (f)	-	-	1.014	-	-	-
T-15 (d)	-	-	12.810	12.810	-	-
	-	-	49.404	12.810	(180)	-
Fornecedor:						
Nect consultoria (nota nº14)	-	-	121	336	(121)	(1.792)
Total	-	-	49.525	13.146	(301)	(1.792)
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.331	1.097	(234)	(135)
	-	-	1.331	1.097	(234)	(135)
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	12.871	8.401
	-	-	-	-	12.871	8.401
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(30)	(177)
Alocação com despesa de pessoal (a)	-	-	-	-	3.122	6.255
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	-	-	(234)	(135)
	-	-	-	-	2.858	5.943
Total	-	-	-	-	16.731	12.695

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- (a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica “outros créditos” no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.
- (b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de um ano e taxa de juros de 8% ao ano para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.
- (c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em abril de 2012 e renovados em abril de 2013, com vigência de um ano, a remuneração é de 8% ao ano mais atualização monetária pelo IGP-M.
- (d) O saldo de R\$12.810 refere-se a acerto de contas a pagar para a controlada T-15 Energia S.A., como parte de pagamento na aquisição da BVP.
- (e) A controlada Bioenergia apresenta R\$4.268 relativos a faturamento antecipado da parte relacionada CPFL Brasil. A Companhia divulgou os contratos de compra e venda de energia vigentes com a CPFL Brasil na nota explicativa nº 28.3.
- (f) Referem-se a contratos de mútuo com a controladora CPFL Renováveis, com remuneração de 8% ao ano e atualização monetária pelo IGP-M, para capital de giro.

10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra “b” do item 37 do pronunciamento técnico, CPC 18 demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

Notas Explicativas CPFL Energia Renováveis S.A. e Controladas

Empresa	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita líquida		Lucro (Prejuízo)	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Aiuruoca	13.738	13.472	47	42	13.691	13.430	-	-	(25)	(19)
Alto Irani	70.900	71.038	33.757	33.212	37.143	37.826	9.772	10.545	6.337	4.073
Arvoredo	98.267	100.686	43.317	45.946	54.950	54.740	6.483	5.430	210	1.383
Atlântica I	114.094	71.601	102.636	59.978	11.458	11.623	-	-	(165)	(414)
Atlântica II	113.950	71.480	102.543	59.971	11.407	11.509	-	-	(102)	(367)
Atlântica IV	128.361	75.156	117.178	63.809	11.183	11.347	-	-	(164)	(382)
Atlântica V	169.679	105.789	157.272	92.907	12.407	12.882	1	-	(475)	(540)
Baixa Verde	300	310	2	1	298	309	-	-	(12)	35
Barra da Paciência	130.896	129.706	69.651	72.633	61.245	57.073	11.411	9.902	4.173	4.250
Bio Alvorada	181.309	154.915	161.227	128.262	20.082	26.653	3.514	-	(6.571)	(290)
Bio Buriú	147.288	151.145	5.390	3.928	141.898	147.217	10.158	11.309	(3.315)	(755)
Bio Coopcana	143.406	138.126	121.954	111.677	21.452	26.449	3.550	-	(4.997)	(173)
Bio Formosa	126.657	143.524	9.855	20.702	116.802	122.822	999	4.783	(6.365)	(746)
Bio Ipê	28.491	29.188	1.058	784	27.433	28.404	7.355	1.396	2.245	393
Bio Pedra	208.130	214.934	14.037	24.782	194.093	190.152	9.905	800	348	(136)
Bioenergia	116.488	137.172	75.365	92.362	41.123	44.810	8.224	7.035	(3.687)	603
Boa Vista 1	14	17	-	-	14	17	-	-	(3)	(3)
Boa Vista 2	2.810	2.752	294	145	2.516	2.607	-	-	(91)	(13)
BVP	779.201	776.382	531.632	536.715	247.569	239.667	-	-	7.901	690
Bons Ventos Geradora	149.099	137.186	(44.309)	(46.170)	193.408	183.356	60.983	12.588	10.052	878
Cachoeira Grande	7.546	7.529	1	-	7.545	7.529	-	-	16	22
Cajueiro	510	521	4	1	506	520	-	-	(15)	19
Campos dos Ventos I	9.532	14.241	131	4	9.401	14.237	-	-	74	(21)
Campos dos Ventos II	103.422	13.999	90.078	33	13.344	13.966	-	-	(622)	(67)
Campos dos Ventos III	9.254	14.228	216	35	9.038	14.193	-	-	(60)	(16)
Campos dos Ventos IV	131	176	4	3	127	173	-	-	(46)	(67)
Campos dos Ventos V	9.742	14.589	222	-	9.520	14.589	-	-	135	(31)
Chimay	140.695	149.062	20.862	17.236	119.833	131.826	25.424	23.215	10.329	17.747
Cocais Grande	52.274	53.252	27.898	29.024	24.376	24.228	3.568	3.986	148	792
Corrente Grande	101.966	103.698	51.006	53.315	50.960	50.383	6.217	5.923	576	1.387
Costa Branca	115.036	44.744	101.202	30.695	13.834	14.049	-	164	(215)	(92)
Costa das Dunas	913	954	1	1	912	953	-	-	(42)	102
Curral Velho	140	3	145	15	(5)	(12)	-	-	(1)	-
Eólica Formosa	478.353	485.081	394.060	398.430	84.293	86.651	29.836	35.128	(2.358)	582
Eólica Hóking	105.162	62.531	92.142	48.650	13.020	13.881	-	-	(861)	(2)
Eólica Icaraizinho	267.396	269.002	198.581	194.681	68.815	74.321	21.827	26.488	4.494	6.639
Eólica Paracuru	113.808	117.132	86.372	83.333	27.436	33.799	11.276	13.207	3.637	4.782
Eurus V	117	162	4	3	113	159	-	-	(45)	(65)
Eurus VI	41.822	42.247	1.405	1.422	40.417	40.825	2.192	-	1.216	(25)
Farol de Touros	373	419	-	-	373	419	-	-	(46)	(20)
Figueira Branca	200	240	-	3	200	237	-	-	(37)	(19)
Gameleira	1.147	1.196	-	1	1.147	1.195	-	-	(48)	44
Jayaditya	46.035	57.736	9.549	9.924	36.486	47.812	18.961	20.158	10.895	4.468
Juremas	62.680	21.246	48.941	7.474	13.739	13.772	-	-	(33)	(11)

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo) Líquido	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
	Lacenas	110.308	108.225	65.213	64.055	45.095	44.170	11.348	-	925
Macacos	81.830	28.615	67.470	14.074	14.360	14.541	-	-	(179)	(54)
Mohini	77.513	89.718	6.032	7.941	71.481	81.777	24.656	21.250	15.129	13.684
Navegantes	1	13	5	-	(4)	13	-	-	(17)	(28)
Ninho da Água	77.396	77.829	32.925	34.489	44.471	43.340	4.899	4.325	1.131	1.635
PaioI	105.676	105.458	67.385	70.419	38.291	35.039	8.866	8.403	3.251	3.422
PCH Holding	441.344	443.617	291	784	441.053	442.833	-	-	12.546	9.525
PCH Holding 2	195.008	192.442	209.061	192.442	(14.053)	-	-	-	(4.157)	(7.191)
PCH Participações	926.313	932.650	244.835	249.118	681.478	683.532	-	-	(2.054)	(2.619)
Pedra Preta	79.648	27.386	65.455	13.158	14.193	14.228	-	-	(35)	(7)
Penedo	1.810	1.820	-	1	1.810	1.819	-	-	(9)	(19)
Plano Alto	51.254	49.073	23.635	23.312	27.619	25.761	7.374	8.011	4.609	(1.139)
Pontal das Falésias	144	4	150	3	(6)	1	-	-	(5)	-
Praia de Atalaia I	166	3	172	2	(6)	1	-	-	(2)	-
Praia de Atalaia II	221	3	226	2	(5)	1	-	-	(1)	-
Praia de Atalaia III	150	3	156	2	(6)	1	-	-	(2)	-
Praia de Atalaia IV	128	3	135	2	(7)	1	-	-	(3)	-
Praia de Atalaia V	128	3	135	2	(7)	1	-	-	(3)	-
Praia de Atalaia VI	126	2	131	1	(5)	1	-	-	(2)	-
Salto Góes	166.958	164.763	76.017	75.648	90.941	89.115	8.178	-	1.826	(470)
Santa Clara I	155.287	190.507	5.206	40.213	150.081	150.294	9.529	28	4.429	(239)
Santa Clara II	134.440	136.372	4.686	5.759	129.754	130.613	8.784	16	5.050	365
Santa Clara III	135.004	134.852	4.592	4.023	130.412	130.829	8.767	2	4.922	(3)
Santa Clara IV	140.236	141.467	4.627	5.759	135.609	135.708	8.786	19	5.130	131
Santa Clara VI	139.762	139.894	4.486	3.706	135.276	136.188	8.767	-	5.169	138
Santa Clara V	139.753	140.307	4.551	4.484	135.202	135.823	8.767	-	5.056	(25)
Santa Cruz	6.259	6.261	-	7	6.259	6.254	-	-	5	12
Santa Luzia	235.499	236.652	124.901	130.462	110.598	106.190	19.252	12.309	4.409	2.357
Santa Mônica	8.385	8.377	3	-	8.382	8.377	-	-	5	(5)
Santa Ursula	7.757	7.748	3	-	7.754	7.748	-	-	6	(5)
São Benedito	7.834	7.826	4	-	7.830	7.826	-	-	5	(5)
São Domingos	8.095	8.188	5	2	8.090	8.186	-	-	(96)	(10)
São Gonçalo	72.783	73.573	36.705	38.378	36.078	35.195	5.185	5.501	883	2.012
SIF Cinco	121.361	122.292	99.066	100.280	22.295	22.012	9.000	10.863	283	-
SIF Desenvolvimento	2.326	1.414	31.894	29.948	(29.568)	(28.534)	-	-	(1.033)	-
SIF Energies	235.200	405.991	(33.810)	11.337	269.010	394.654	-	-	12.132	-
Solar 1	8.845	8.927	8.674	8.840	171	87	105	-	84	(8)
Sul Centrais Elétricas	27.636	26.100	9.025	9.062	18.611	17.038	4.062	3.261	1.572	689
T-15	654.449	689.084	342.421	399.032	312.028	290.052	-	-	21.976	14.725
Tombo	937	936	5	1	932	935	-	-	(3)	(10)
Turbina 16	22	24	-	1	22	23	-	-	(3)	(1)
Turbina 17	21	24	1	1	20	23	-	-	(3)	(1)
Varginha	60.530	60.941	28.998	30.150	31.532	30.791	5.354	3.711	741	758
Varzea Alegre	57.350	58.060	26.315	27.437	31.035	30.623	3.549	3.225	413	593
Ventos de Santo Dimas	8.385	8.379	4	-	8.381	8.379	-	-	2	(5)
Ventos de São Martinho	8.115	8.197	4	1	8.111	8.196	-	-	(85)	(9)

10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 01 de março de 2011, foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, sendo que cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorrerá em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções somente poderão ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: (a) oferta pública inicial (“IPO”) (primária ou secundária) para ações ordinárias; e (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Conforme mencionado na nota explicativa 21.c), a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, os quadros abaixo consideram o grupamento de ações.

<u>Séries de opções</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Duração da opção (em anos)</u>	<u>Preço de exercício R\$</u>	<u>Valor justo na data da outorga R\$</u>
Programa de 2009					
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,10	1,80
2ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,30	1,55
3ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,45	1,25
4ª Tranche	<u>55.747</u>	29/10/2009	10	8,65	1,35
	222.988				
Programa de 2010					
1ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	11,95	2,85
2ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,25	3,00
3ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,50	2,75
4ª Tranche	<u>61.040</u>	09/03/2010	10	12,80	2,90
	244.160				
Programa de 2011					
1ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	12,80	1,95
2ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,10	2,05
3ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,35	1,85
4ª Tranche	<u>117.500</u>	01/03/2011	10	13,65	1,95
	470.000				

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas

A Companhia precificou as opções com o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, foram provisionados R\$234 na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Dados utilizados no modelo para precificação das opções:

	Programa 2009			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	6,15	6,15	6,15	6,15
Preço de exercício	8,10	8,30	8,45	8,65
Volatilidade esperada (a)	41,9%	41,9%	41,9%	41,9%
Dividendos	1,37	1,93	2,53	2,53
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	9,9%	9,9%	9,8%	9,8%

	Programa 2010			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	11,95	12,25	12,50	12,80
Volatilidade esperada (a)	41,8%	41,8%	41,8%	41,8%
Dividendos	1,96	1,96	2,56	2,56
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,3%	10,2%	10,2%	10,2%

	Programa 2011			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	12,80	13,10	13,35	13,65
Volatilidade esperada (a)	37,3%	37,3%	37,3%	37,3%
Dividendos	2,79	2,79	3,39	3,39
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,5%	10,4%	10,4%	10,3%

- (a) Representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.
- (b) Considerou-se que a opção será exercida na metade do período em que as opções exercíveis podem ser exercidas pelos participantes.
- (c) Baseada nas previsões do Banco Central para a Selic na data da outorga.

A tabela a seguir apresenta a movimentação do direito ao exercício das opções de compra de ações em aberto no início e fim do período:

	30/06/2013	
	Quantidade opções	Preço ponderado do período
Saldo no início do período de seis meses	2.774.762	0,40
Provisionadas durante o período de seis meses	164.125	-
Saldo no final do período de seis meses	2.938.887	0,45

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e os exercícios de 2012, 2011 e de 2010 nenhuma opção foi exercida. A mudança no preço ponderado de exercício se deve a atualização do preço da opção, de acordo com o regulamento dos programas.

As opções em aberto no fim do período possuíam preço de exercício de R\$0,45 (R\$0,40 em 31 de dezembro de 2012).

10.3. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 alcançou o montante de R\$4.023 (R\$2.553 em 2012), como segue:

	<u>Controladora/Consolidado</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	1.682	1.717
Encargos sociais e benefícios	708	555
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	234	135
Outros	1.399	146
Total	<u>4.023</u>	<u>2.553</u>

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.157.869	3.166.323
Adiantamentos para futuro aumento de capital	166.235	54.398
Direito de exploração de atividade de geração - autorização líquido dos efeitos fiscais	1.385.633	1.415.337
Total do investimento	<u>4.709.737</u>	<u>4.636.058</u>

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	60.425	53.123
Amortização de juros capitalizados	(682)	-
Amortização direito de autorização (i)	(44.735)	(25.146)
Impostos diferidos (i)	15.031	8.550
Subtotal	<u>(29.704)</u>	<u>(16.596)</u>
Total	<u>30.039</u>	<u>36.527</u>

(i) Apresentado líquido R\$29.704 (conforme nota nº11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

<u>Controladas diretas</u>	Quantidade	Participação	Patrimônio	Resultado	Participação		Resultado de	
	(mil) de ações/quotas	no capital %	líquido	do período	patrimônio líquido		equivalência patrimonial	
		30/06/2013			30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
Alto Irani	2.099	100%	37.143	6.337	37.143	37.826	6.337	3.784
Atlântica I	10.000	100%	11.458	(165)	11.458	11.623	(165)	(414)
Atlântica II	10.000	100%	11.407	(102)	11.407	11.509	(102)	(367)
Atlântica IV	10.000	100%	11.183	(164)	11.183	11.347	(164)	(382)
Atlântica V	10.000	100%	12.407	(475)	12.407	12.882	(475)	(540)
Baixa Verde	6.883	95%	298	(12)	283	294	(11)	33
Bio Alvorada	2.494	100%	20.082	(6.571)	20.082	26.653	(6.571)	(290)
Bio Buriú	132.297	100%	141.898	(3.315)	141.898	147.217	(3.315)	(755)
Bio Coopcana	2.185	100%	21.452	(4.997)	21.452	26.449	(4.997)	(173)
Bio Energia	46.288	100%	41.123	(3.687)	41.123	44.810	(3.687)	603
Bio Formosa	119.000	100%	116.802	(6.365)	116.802	122.822	(6.365)	(746)
Bio Ipê	25.340	100%	28.494	2.245	28.494	29.495	2.245	393
Bio Pedra	140.030	100%	198.429	348	198.429	194.613	348	(136)
Boa Vista 1	870	100%	14	(3)	14	17	(3)	(3)
Boa Vista 2	2.730	100%	2.516	(91)	2.516	2.607	(91)	(13)
Cachoeira Grande	7.632	100%	7.545	16	7.545	7.529	16	22
Cajueiro	13.207	95%	506	(15)	481	494	(14)	18
Campos dos Ventos I	13.049	100%	9.401	74	9.401	14.237	74	(21)
Campos dos Ventos II	-	0%	-	-	-	-	-	(67)
Campos dos Ventos III	13.049	100%	9.038	(60)	9.038	14.193	(60)	(16)
Campos dos Ventos IV	64	100%	127	(46)	127	173	(46)	(67)
Campos dos Ventos V	13.049	100%	9.520	135	9.520	14.589	135	(31)
Chimay	-	0%	-	-	-	-	-	7.993
Costa Branca	15.333	95%	13.834	(215)	13.142	13.347	(203)	(87)
Costa das Dunas	15.123	90%	912	(42)	821	858	(38)	92
Eólica Holding	5	100%	13.020	(861)	13.020	13.881	(861)	(2)
Eurus V	57	100%	113	(45)	113	159	(45)	(65)
Eurus VI	6.536	100%	40.820	1.216	40.820	41.240	1.216	(25)
Farol de Touros	11.671	90%	373	(46)	336	377	(41)	(18)
Figueira Branca	6.447	100%	200	(37)	200	237	(37)	(19)
Gameleira	8.855	100%	1.147	(48)	1.147	1.195	(48)	44
Jantus	-	100%	-	-	-	255.179	-	16.682
Jayaditya	-	0%	-	-	-	-	-	4.468
Juremas	14.816	95%	13.739	(33)	13.052	13.083	(31)	(10)
Lacenas	-	100%	45.095	925	45.095	44.170	925	-
Macaços	16.223	95%	14.360	(179)	13.642	13.813	(169)	(51)
Mohini	-	0%	-	-	-	-	-	7.865
Navegantes	194	95%	(4)	(17)	4	11	(16)	(27)
PCH Holding	279.316	100%	441.053	12.546	441.053	442.833	12.546	6.125
PCH Participações	1.101	41%	681.407	2.054	279.377	280.220	841	(1.052)
Pedra Cheirosa II	1	0%	-	(5)	-	-	(5)	-
Pedra Preta	15.362	95%	14.193	(35)	13.484	13.516	(33)	(7)
Penedo	1.868	100%	1.810	(9)	1.810	1.819	(9)	(19)
Plano Alto	1.527	100%	27.619	4.609	27.619	25.761	4.609	2.551
Salto Góes	50.793	100%	90.941	1.826	90.941	89.115	1.826	(470)
Santa Clara I	107.417	100%	154.251	4.429	154.251	154.583	4.429	(239)
Santa Clara II	100.560	100%	133.512	5.050	133.512	134.478	5.050	365
Santa Clara III	69.993	100%	133.654	4.922	133.654	134.164	4.922	(3)
Santa Clara IV	46.159	100%	138.169	5.130	138.169	138.341	5.130	131
Santa Clara V	26.161	100%	137.689	5.169	137.689	138.305	5.169	138
Santa Clara VI	43.714	100%	137.133	5.056	137.133	138.174	5.056	(25)
Santa Cruz	6.707	100%	6.259	5	6.259	6.254	5	12
Santa Mônica	11.101	100%	8.382	5	8.382	8.377	5	(5)
Santa Ursula	11.101	100%	7.754	6	7.754	7.748	6	(5)
São Benedito	11.101	100%	7.830	5	7.830	7.826	5	(5)
São Domingos	11.101	100%	8.090	(96)	8.090	8.186	(96)	(10)
SIHF Energies	327.895	100%	269.010	12.132	269.010	-	12.132	-
Solar 1	4	100%	171	84	171	87	84	(8)
Sul Centrais Elétricas	-	0%	-	-	-	-	-	467
T-15	25.543.040	100%	312.028	21.976	312.028	290.052	21.976	14.725
Tombo	1.211	100%	932	(3)	932	934	(3)	(10)
Turbina 16	1	100%	22	(3)	22	23	(3)	-
Turbina 17	1	100%	20	(3)	20	23	(3)	-
Ventos de Santo Dimas	11.101	100%	8.381	2	8.381	8.379	2	(5)
Ventos de São Martinho	11.101	100%	8.111	(85)	8.111	8.196	(84)	(9)
					3.157.869	3.166.323	65.616	60.314
SIHF Desenvolvimento	334.401	100%	(29.568)	(1.033)	(29.568)	-	(1.034)	-
PCH Holding 2	1	100%	(14.053)	(4.157)	(14.053)	(9.896)	(4.157)	(7.191)
					3.114.248	3.156.427	60.425	53.123

Notas Explicativas CPFL Energia Renováveis S.A. e Controladas

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital % 30/06/2013	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
					30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
Aiuruoca	21.303	100%	13.691	(25)	13.691	13.430	(25)	(19)
Arvoredo	45.910	100%	54.950	210	54.950	54.740	210	1.277
Barra da Paciência	31.096	100%	61.245	4.173	61.245	57.073	4.173	3.742
Bitupitá I	1	100%	(6)	(2)	(6)	(4)	(2)	-
Bitupitá II	1	100%	(5)	(1)	(5)	(4)	(1)	-
Bitupitá IV	1	100%	(6)	(2)	(6)	(4)	(2)	-
Bons Ventos	247.720	100%	247.569	7.901	247.569	239.667	7.901	(215)
BVP	311.106	100%	193.408	10.052	193.408	183.356	10.052	1.568
Campos dos Ventos II	13.049	100%	13.344	(622)	13.344	13.966	(622)	-
Chimay	75.854	100%	119.833	10.329	119.833	131.826	10.329	9.754
Cocais Grande	15.290	100%	24.376	148	24.376	24.228	148	449
Corrente Grande	27.337	100%	50.960	576	50.960	50.383	576	1.180
Curral Velho I	1	100%	(7)	(3)	(7)	(4)	(3)	-
Curral Velho II	1	100%	(7)	(3)	(7)	(4)	(3)	-
Curral Velho IV	1	100%	(5)	(2)	(5)	(4)	(2)	-
Eólica Formosa	92.900	100%	84.293	(2.358)	84.293	86.651	(2.358)	(976)
Eólica Icaraizinho	57.930	100%	68.815	4.494	68.815	74.321	4.494	(6.976)
Eólica Paracuru	22.230	100%	27.436	3.637	27.436	33.799	3.637	(4.810)
Jayaditya	17.691	100%	36.486	10.895	36.486	47.812	10.895	1.950
Mohini	59.933	100%	71.481	15.129	71.481	81.777	15.129	5.746
Ninho da Água	33.805	100%	44.471	1.131	44.471	43.340	1.131	1.350
Paiol	27.381	100%	38.291	3.251	38.291	35.039	3.251	3.007
PCH Participações	1.101	59%	681.478	(2.054)	402.072	403.284	(1.212)	(1.545)
Pedra Cheirosa I	1	100%	(5)	(1)	(5)	(4)	(1)	-
Pedra Cheirosa II	1	100%	(6)	(5)	(6)	(1)	(5)	-
Santa Luzia	89.051	100%	110.598	4.409	110.598	106.190	4.409	2.821
São Gonçalo	28.676	100%	36.078	883	36.078	35.195	883	1.762
SIIF Cinco	24.030	100%	22.295	283	22.295	22.012	283	(1.487)
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	(29.568)	(1.033)	(29.568)	(28.534)	(1.033)	1.191
SIIF Energies	-	-	-	-	-	394.654	-	(14.814)
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	18.611	1.572	18.611	17.038	1.572	222
Varginha	20.587	100%	31.532	741	31.532	30.791	741	566
Varzea Alegre	24.580	100%	31.035	413	31.035	30.623	413	436

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2013 - controladora:

	Saldo em 31/12/2012	Aumento / (Reduções) de capital	Amortização da capitalização de juros	Transferência de investimento	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Pagos	Saldo em 30/06/2013
Alto Irani	37.826	-	-	-	-	6.337	(7.020)	37.143
Atlântica I	11.623	-	-	-	-	(165)	-	11.458
Atlântica II	11.509	-	-	-	-	(102)	-	11.407
Atlântica IV	11.347	-	-	-	-	(164)	-	11.183
Atlântica V	12.882	-	-	-	-	(475)	-	12.407
Baixa Verde	294	-	-	-	-	(11)	-	283
Bio Alvorada	26.653	-	-	-	-	(6.571)	-	20.082
Bio Buriú	147.217	-	-	-	-	(3.315)	(2.004)	141.898
Bio Coopcana	26.449	-	-	-	-	(4.997)	-	21.452
Bio Energia	44.810	-	-	-	-	(3.687)	-	41.123
Bio Fomosa	122.822	345	-	-	-	(6.365)	-	116.802
Bio Ipê	29.495	-	(30)	-	-	2.245	(3.216)	28.494
Bio Pedra	194.613	-	(125)	-	-	348	3.593	198.429
Boa Vista 1	17	-	-	-	-	(3)	-	14
Boa Vista 2	2.607	-	-	-	-	(91)	-	2.516
Cachoeira Grande	7.529	-	-	-	-	16	-	7.545
Cajueiro	494	-	-	-	-	(13)	-	481
Campos dos Ventos I	14.237	(4.910)	-	-	-	74	-	9.401
Campos dos Ventos III	14.193	(5.095)	-	-	-	(60)	-	9.038
Campos dos Ventos IV	173	-	-	-	-	(46)	-	127
Campos dos Ventos V	14.589	(5.204)	-	-	-	135	-	9.520
Costa Branca	13.347	-	-	-	-	(205)	-	13.142
Costa das Dunas	858	-	-	-	-	(37)	-	821
Eólica Holding	13.881	-	-	-	-	(861)	-	13.020
Eurus V	159	-	-	-	-	(46)	-	113
Eurus VI	41.240	-	(12)	-	-	1.216	(1.624)	40.820
Farol de Touros	377	-	-	-	-	(41)	-	336
Figueira Branca	237	-	-	-	-	(37)	-	200
Gameleira	1.195	-	-	-	-	(48)	-	1.147
Jantus	255.179	-	-	(255.179)	1.165	(1.165)	-	-
Juremas	13.083	-	-	-	-	(31)	-	13.052
Lacenas	44.170	-	-	-	-	925	-	45.095
Macacos	13.813	-	-	-	-	(171)	-	13.642
Navegantes	11	-	-	-	-	(15)	-	(4)
PCH Holding	442.833	-	-	-	-	12.546	(14.326)	441.053
PCH Participações	280.220	-	-	-	-	(843)	-	279.377
Pedra Preta	13.516	-	-	-	-	(33)	-	13.483
Penedo	1.819	-	-	-	-	(9)	-	1.810
Plano Alto	25.761	-	-	-	-	4.610	(2.752)	27.619
Salo Góes	89.115	-	-	-	-	1.826	-	90.941
Santa Clara I	154.583	-	(118)	-	-	4.429	(4.643)	154.251
Santa Clara II	134.478	-	(108)	-	-	5.050	(5.908)	133.512
Santa Clara III	134.164	82	(93)	-	-	4.922	(5.421)	133.654
Santa Clara IV	138.341	-	(73)	-	-	5.130	(5.229)	138.169
Santa Clara V	138.305	-	(68)	-	-	5.169	(5.717)	137.689
Santa Clara VI	138.174	-	(55)	-	-	5.056	(6.042)	137.133
Santa Cruz	6.254	-	-	-	-	5	-	6.259
Santa Mônica	8.377	-	-	-	-	5	-	8.382
Santa Ursula	7.748	-	-	-	-	6	-	7.754
São Benedito	7.826	-	-	-	-	4	-	7.830
São Domingos	8.186	-	-	-	-	(96)	-	8.090
SIIF Energies	-	-	-	283.713	-	13.297	(28.000)	269.010
Solar 1	87	-	-	-	-	84	-	171
T-15	290.052	-	-	-	-	21.976	-	312.028
Tombo	934	-	-	-	-	(2)	-	932
Turbina 16	23	4	-	-	-	(5)	-	22
Turbina 17	23	-	-	-	-	(3)	-	20
Ventos de Santo Dimas	8.379	-	-	-	-	2	-	8.381
Ventos de São Martinho	8.196	-	-	-	-	(84)	-	8.112
Sub total do investimento	3.166.323	(14.778)	(682)	28.534	1.165	65.616	(88.309)	3.157.869
SIIF Desenvolvimento (*)	-	-	-	(28.534)	-	(1.034)	-	(29.568)
PCH Holding 2 (*)	(9.896)	-	-	-	-	(4.157)	-	(14.053)
Total do investimento	3.156.427	(14.778)	(682)	-	1.165	60.425	(88.309)	3.114.248

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante

Notas Explicativas Renováveis S.A. e ControladasDireitos de exploração líquidos dos impostos diferidos

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPES:

	Controladora		Saldo em 30/06/2013
	Saldo em 31/12/2012	Amortização	
Aiuruoca	24.163	(902)	23.261
Alto Irani	107.493	(2.618)	104.875
Arvoredo	22.419	(692)	21.727
Atlântica I	308	-	308
Atlântica II	308	-	308
Atlântica IV	308	-	308
Atlântica V	308	-	308
Baixa Verde	3.200	-	3.200
Barra da Paciência	30.950	(1.154)	29.796
Boa Vista 2	48.873	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	1.752
Cajueiro	4.890	-	4.890
Campos dos Ventos I	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.578	-	5.578
Campos dos Ventos III	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	3.227
Cocais Grande	17.245	(532)	16.713
Corrente Grande	19.125	(704)	18.421
Costa Branca	32.311	-	32.311
Costa das Dunas	1.851	-	1.851
Eólica Formosa	142.323	(3.498)	138.825
Eólica Icarazinho	219.468	(5.626)	213.842
Eólica Paracuru	145.056	(3.584)	141.472
Eurus V	3.227	-	3.227
Eurus VI	1.289	(21)	1.268
Farol de Touros	2.144	-	2.144
Figueira Branca	1.608	-	1.608
Gamaleira	2.144	-	2.144
Juremas	25.551	-	25.551
Lacenas	11.706	(281)	11.425
Macacos	33.471	-	33.471
PaioI	34.490	(1.064)	33.426
Pedra Preta	33.475	-	33.475
Penedo	24.210	-	24.210
Plano Alto	80.031	(1.976)	78.055
Salto Góes	36.591	(661)	35.930
Santa Clara I	5.144	(84)	5.060
Santa Clara II	5.144	(84)	5.060
Santa Clara III	5.144	(84)	5.060
Santa Clara IV	5.144	(84)	5.060
Santa Clara V	5.144	(84)	5.060
Santa Clara VI	5.144	(84)	5.060
Santa Cruz	850	-	850
Santa Mônica	5.963	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	5.963
São Benedito	5.963	-	5.963
São Domingos	5.963	-	5.963
São Gonçalo	18.969	(584)	18.385
SIIF Cinco	86.183	(2.132)	84.051
Siif Desenvolvimento	48.726	(1.754)	46.972
Tombo	17.493	-	17.493
Varginha	15.520	(482)	15.038
Varzea Alegre	12.935	(403)	12.532
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.415.337	(29.704)	1.385.633

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

O direito de exploração será amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Transferência de contratos societários

Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto realizadas pelo valor de livros.

a) T-15 Energia S.A.

Em 15 de junho de 2012, a CPFL Renováveis transferiu o controle societário das controladas integrais CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda., Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., para a T-15 Energia S.A. (“T-15”), controlada direta da CPFL Renováveis.

b) Eólica Holding

Em 02 de julho de 2012, a CPFL Renováveis conferiu o controle societário das controladas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A. e Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., para a Eólica Holding S.A., controlada direta da CPFL Renováveis, com o objetivo de viabilizar a contratação de financiamento para os respectivos projetos com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Eólica Holding S.A. aprovaram a transferência para a CPFL Renováveis das referidas controladas como adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. No mesmo ato, os acionistas da Eólica Holding S.A. também aprovaram: (i) a conversão parcial dos AFAC em aumento de capital; e (ii) a devolução, para a CPFL Renováveis, a título de cancelamento parcial dos AFAC anteriormente recebidos, das participações societárias nas empresas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A. e SPE Costa Branca Energia S.A.

Incorporação

Incorporação de empresa subsidiária integral.

Jantus

Em 26 de março de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sua subsidiária integral Jantus S.L., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à Incorporação, também aprovados na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2012.

Conforme decisão da CVM, prevista no OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 725/12, a Companhia foi dispensada, com base na Deliberação nº 559, de 18 de novembro de 2008, emitida pela CVM, de atender aos requisitos dispostos nos artigo 264 da Lei das SA e na Instrução CVM nº 319/99.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

A Jantus S.L detinha, direta ou indiretamente, 100% do capital social da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., as quais passaram, após a incorporação, a ser controladas diretas da Companhia. Como resultado da incorporação, a Jantus foi extinta, e a totalidade das ações representativas de seu capital social detida pela Companhia foi cancelada, mantendo-se inalterado o capital social da Companhia após a incorporação.

Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	Ativo	
	30/06/2013	31/12/2012
Alto Irani	1.541	1.541
Atlântica V	5.770	-
Bio Alvorada	22.060	-
Bio Coopcana	13.495	-
CPFL Bio Formosa	-	345
CPFL Bioenergia	1.160	-
Boa Vista 2	215	140
Campos dos Ventos I	105	-
Campos dos Ventos II	2.380	-
Campos dos Ventos III	200	-
Campos dos Ventos V	140	-
Costa Branca	7.401	290
Eólica Holding	88.518	45.248
Juremas	4.340	300
Lacenas Participações	4.180	2.817
Macacos	5.850	380
Navegantes	5	-
PCH Participações	34	34
Pedra Preta	5.345	-
Penedo	-	380
Santa Clara I	-	2
Santa Ursula	-	2
Santo Dimas	-	2
São Benedito	-	2
São Domingos	-	2
SIIF Desenvolvimento	589	-
Solar 1	2.891	2.901
T-15	10	10
Tombo	5	-
Turbina 16	-	1
Turbina 17	1	1
	<u>166.235</u>	<u>54.398</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

12. IMOBILIZADO

<u>Controladora</u>	Taxa anual de depreciação	Controladora			
		30/06/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	3.446	-	3.446	3.446
Móveis e utensílios	5 a 6	1.517	(362)	1.155	816
Máquinas e equipamentos	5 a 6	6.411	(834)	5.577	5.218
Edificações, obras civis e benfeitorias	2 a 3	1.652	(122)	1.530	776
Veículos	8 a 9	612	(153)	459	461
Imobilizado em curso	-	435	-	435	1.733
Total controladora		14.073	(1.471)	12.602	12.450

<u>Custo</u>	Controladora				
	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência	30/06/2013
Terrenos	3.446	-	-	-	3.446
Móveis e utensílios	1.139	-	-	378	1.517
Máquinas e equipamentos	5.845	-	-	566	6.411
Edificações, obras civis e benfeitorias	871	-	-	781	1.652
Veículos	573	-	-	39	612
Imobilizado em curso	1.733	466	-	(1.764)	435
Total controladora	13.607	466	-	-	14.073

<u>Depreciação</u>	Controladora				
	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência	30/06/2013
Móveis e utensílios	(323)	(39)	-	-	(362)
Máquinas e equipamentos	(627)	(207)	-	-	(834)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(95)	(27)	-	-	(122)
Veículos	(112)	(41)	-	-	(153)
Total controladora	(1.157)	(314)	-	-	(1.471)
Total imobilizado	12.450	152	-	-	12.602

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

<u>Consolidado</u>	Consolidado				
	Taxa anual de depreciação	30/06/2013		31/12/2012	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	5 a 6	82.369	(4.421)	77.948	77.042
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	2 a 3	1.214.007	(268.882)	945.125	1.195.844
Máquinas e equipamentos	5 a 6	3.497.463	(547.821)	2.949.642	2.770.915
Móveis e utensílios	5 a 6	5.718	(1.667)	4.051	4.272
Veículos	8 a 9	1.161	(268)	893	976
Imobilizado em curso	-	1.149.236	-	1.149.236	585.297
Total consolidado		5.949.954	(823.059)	5.126.895	4.634.346

<u>Custo</u>	Consolidado				
	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência (*)	30/06/2013
Terrenos	79.960	-	-	2.409	82.369
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias (a)	1.483.484	-	-	(269.477)	1.214.007
Máquinas e equipamentos (a)	3.197.192	-	(29)	300.300	3.497.463
Móveis e utensílios	6.034	-	-	(316)	5.718
Veículos	1.161	-	-	-	1.161
Imobilizado em curso	585.297	586.927	-	(22.988)	1.149.236
Total consolidado	5.353.128	586.927	(29)	9.928	5.949.954

<u>Depreciação</u>	Consolidado				
	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência (*)	30/06/2013
Terrenos	(2.918)	(1.503)	-	-	(4.421)
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias (a)	(287.640)	(22.216)	-	40.974	(268.882)
Máquinas e equipamentos (a)	(426.277)	(82.121)	21	(39.444)	(547.821)
Móveis e utensílios	(1.762)	(286)	-	381	(1.667)
Veículos	(185)	(81)	-	(2)	(268)
Total consolidado	(718.782)	(106.207)	21	1.909	(823.059)
Total imobilizado	4.634.346	480.720	(8)	11.837	5.126.895

(*) O valor de R\$ 11.837 refere-se a transferências do ativo intangível

- (a) A Companhia concluiu, no primeiro trimestre de 2013, o processo de revisão do controle patrimonial da companhia BVP, adquirida em 19 de junho de 2012. Como resultado deste processo de revisão, a Companhia procedeu à reclassificação do montante líquido de R\$266.778, de edificações e benfeitorias para máquinas e equipamentos. A referida reclassificação não implicou a alteração da despesa de depreciação, tendo em vista que os bens se encontravam registrados com as vidas úteis adequadas.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

Imobilizado em curso	Consolidado		
	Saldo líquido		Data prevista de entrada em operação (**)
	30/06/2013	31/12/2012	
Aiuropa	13.736	11.515	(*)
Atlantica I	56.869	23.120	4T13
Atlantica II	44.325	22.727	4T13
Atlantica IV	79.809	25.743	4T13
Atlantica V	151.721	74.491	4T13
Baixa Verde	142	137	(*)
Bio Alvorada	177.630	95.733	4T13
Bio Coopcana	139.408	78.801	4T13
Boa Vista II	1.379	1.304	(*)
Cachoeira Grande	6.502	3.453	(*)
Cajueiro	114	114	(*)
Campos dos Ventos I	7.367	7.324	1T15
Campos dos Ventos II	103.191	11.678	3T13
Campos dos Ventos III	7.729	7.680	1T15
Campos dos Ventos V	7.210	7.051	1T15
Costa Branca	99.657	43.277	1T14
Costa das Dunas	331	331	(*)
Farol de Touros	173	173	(*)
Figueira Branca	94	94	(*)
Gameleira	551	551	(*)
Jurema	42.568	17.230	1T14
Macacos	55.968	23.280	1T14
Pedra Preta	54.029	22.090	1T14
Penedo	985	985	(*)
Santa Cruz	5.673	3.544	(*)
Santa Mônica	7.555	7.510	3T15
Santa Úrsula	6.873	6.863	3T15
São Benedito	6.969	6.955	3T15
São Domingos	7.485	7.457	3T15
Tombo	933	933	(*)
Ventos de Santo Dimas	7.556	7.518	3T15
Ventos de São Martinho	7.495	7.460	3T15
Pedro Cheirosa I	137	-	(*)
Pedro Cheirosa II	136	-	(*)
Bitupitá I	134	-	(*)
Bitupitá II	135	-	(*)
Bitupitá III	134	-	(*)
Curral Velho I	123	-	(*)
Curral Velho II	123	-	(*)
Curral Velho III	121	-	(*)
Outros projetos	46.166	58.175	
Total	1.149.236	585.297	

(*) Empreendimento em fase de preparação

(**) Informação não revisada pelos auditores independentes

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

No final do prazo da autorização, os ativos das empresas de energia eólica podem ser vendidos a terceiros. No caso das PCHs, no final do prazo de autorização, são devolvidas ao Poder Concedente.

A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data-base 31 de julho de 2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R\$56.973, líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído dos bens do imobilizado (“deemed cost”), registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído, enquanto outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foi avaliada ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. Em 30 de junho de 2013, o saldo desta rubrica era de R\$54.166.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$106.207 (consolidado), sendo que R\$105.891 classificada no grupo “Custos de geração de energia” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$316 (controladora) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

13. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

	Controladora					Saldo em 30/06/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	
Outros intangíveis	9.017	335	(123)	(972)	-	8.257
Total	9.017	335	(123)	(972)	-	8.257
	Consolidado					Saldo em 30/06/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (*)	
Direito de exploração	2.981.122	-	-	(64.451)	-	2.916.671
Outros intangíveis	41.121	1.438	(625)	(1.647)	(11.837)	28.450
Total	3.022.243	1.438	(625)	(66.098)	(11.837)	2.945.121

(*) Vide nota explicativa nº 12

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração e outros intangíveis das seguintes SPEs:

Notas Explicativas CPFL Energia Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado					Saldo em 30/06/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (*)	
Aiuruoca	49.394	-	-	(1.418)	-	47.976
Alto Irani	159.784	-	-	(3.966)	-	155.818
Arvoredo	35.674	-	-	(1.024)	-	34.650
Atlânticas I	468	-	-	-	-	468
Atlânticas II	468	-	-	-	-	468
Atlânticas IV	469	-	-	-	-	469
Atlânticas V	468	-	-	-	-	468
Baixa Verde	5.057	-	-	-	-	5.057
Barra da Paciência	63.114	-	-	(1.812)	-	61.302
Boa Vista II	74.049	-	-	-	-	74.049
Bons Ventos	738.085	-	-	(18.314)	-	719.771
Cachoeira Grande	2.654	-	-	-	-	2.654
Cajueiro	7.899	-	-	-	-	7.899
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.576	-	-	-	-	5.576
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	-	-	3.227
Cocais Grande	27.441	-	-	(788)	-	26.653
Corrente Grande	38.418	-	-	(1.102)	-	37.316
Costa Branca	49.482	-	-	-	-	49.482
Costas das Dunas	5.278	-	-	-	-	5.278
Eurus V	3.225	-	-	-	-	3.225
Eurus VI	1.290	-	-	(29)	-	1.261
Farol de Touros	4.060	-	-	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	-	-	2.436
Sif Cinco	131.598	-	-	(3.388)	-	128.210
Gameleira	3.248	-	-	-	-	3.248
Eólica Icaraizinho	332.431	-	-	(8.560)	-	323.871
Juremas	40.751	-	-	-	-	40.751
Lacenas	17.692	-	-	(425)	-	17.267
Macacos	53.384	-	-	-	-	53.384
Navegantes	-	-	-	-	-	-
Ninho da Águia	27.441	-	-	(788)	-	26.653
Paíol	54.882	-	-	(1.576)	-	53.306
Eólica Paracuru	220.931	-	-	(5.692)	-	215.239
PCH Holding 2	85.360	-	-	(1.404)	-	83.956
Pedra Preta	53.390	-	-	-	-	53.390
Penedo	36.682	-	-	-	-	36.682
Plano Alto	118.765	-	-	(2.994)	-	115.771
Eólica Formosa	216.874	-	-	(5.584)	-	211.290
Salto Goes	55.442	-	-	(1.002)	-	54.440
Santa Clara I	5.145	-	-	(84)	-	5.061
Santa Clara II	5.145	-	-	(84)	-	5.061
Santa Clara III	5.145	-	-	(84)	-	5.061
Santa Clara IV	5.145	-	-	(84)	-	5.061
Santa Clara V	5.145	-	-	(84)	-	5.061
Santa Clara VI	5.145	-	-	(84)	-	5.061
Santa Cruz	1.288	-	-	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	-	5.963
São Gonçalo	30.185	-	-	(866)	-	29.319
Sif Desenvolvimento	74.651	-	-	(1.922)	-	72.729
Tombo	26.505	-	-	-	-	26.505
Varginha	24.696	-	-	(710)	-	23.986
Várzea Alegre	20.581	-	-	(583)	-	19.998
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	-	5.963
Direito de autorização	2.981.122	-	-	(64.451)	-	2.916.671
Outros intangíveis	41.121	1.438	(625)	(1.647)	(11.837)	28.450
Total	3.022.243	1.438	(625)	(66.098)	(11.837)	2.945.121

(*) Vide nota explicativa nº 12

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, no consolidado, foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$64.451 (R\$47.225 para o mesmo período em 2012), classificada no grupo “Despesas operacionais”.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$1.647 (consolidado), sendo que R\$675 (consolidado) classificado no grupo “Custos de geração de energia” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$972 (controladora/consolidado) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	13.006	1.120	23.254	19.147
Encargos de uso da rede elétrica	1.279	886	6.054	1.452
Materiais e serviços	5.291	7.327	67.905	55.538
Total	19.576	9.333	97.213	76.137
Não Circulante				
Materiais e serviços	-	-	-	4.467
Total	-	-	-	4.467
Total	19.576	9.333	97.213	80.604

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” está apresentado a seguir:

Agente Financiador	Controladora					
	30/06/2013				31/12/2012	
	Circulante		Total	Não Circulante		Total
Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total	Total	
BNDES	2.214	230.644	232.858	892.477	1.125.335	988.500

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Agente Financiador	Consolidado					
	30/06/2013				31/12/2012	
	Circulante		Total	Não Circulante	Total	Total
Encargos	Principal	Circulante	Principal			
BNDES (a)	886	31.452	32.338	336.236	368.574	384.629
BNDES (b)	739	38.308	39.047	308.537	347.584	366.875
SAFRA (c)	326	24.750	25.076	27.500	52.576	52.546
BNDES (d)	328	11.369	11.697	107.062	118.759	124.508
Banco do Nordeste do Brasil (e)	1.125	9.924	11.049	128.581	139.630	144.252
HSBC (f)	1.742	24.000	25.742	316.668	342.410	397.523
Banco do Nordeste do Brasil (g)	1.277	6.646	7.923	170.830	178.753	181.924
Nordic Investment Bank (g)	238	7.847	8.085	71.875	79.960	82.489
BNDES (g)	506	20.959	21.465	187.096	208.561	218.866
Nota promissória (h)	4.870	138.000	142.870	-	142.870	331.538
BNDES (i)	184	2.799	2.983	71.309	74.292	71.742
BNDES (j)	129	8.098	8.227	55.723	63.950	68.024
BNDES (k)	1.466	39.367	40.833	583.940	624.773	616.806
BNDES (l)	9	2.970	2.979	-	2.979	4.818
BNDES (m)	152	4.682	4.834	95.293	100.127	98.048
BNDES (n)	143	7.399	7.542	46.911	54.453	54.413
BNDES (o)	1.352	179.304	180.656	-	180.656	-
BNDES (p)	2.777	263.762	266.539	-	266.539	-
CCB (q)	360	35.000	35.360	-	35.360	-
Nota promissória (r)	-	150.000	150.000	-	150.000	-
	<u>18.609</u>	<u>1.006.636</u>	<u>1.025.245</u>	<u>2.507.561</u>	<u>3.532.806</u>	<u>3.199.001</u>

A tabela acima está apresentada líquida dos custos de captação. Em 30 de junho de 2013 o saldo líquido dos custos de captação dos empréstimos e financiamentos totalizam R\$11.129 (BNDES e FDNE R\$3.344; NIB R\$715; FNE R\$3.738 e os demais R\$3.332).

(a) Operação com BNDES nas controladas da PCH Holding

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R\$471.484 (valor original) a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas, originárias da Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A. ("ERSA"), antecessora da Companhia, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca, foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R\$404.105 (valor original). Os empréstimos das demais SPEs compreendidas neste financiamento estão em fase de amortização, com o prazo de 168 meses. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$368.574. As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.
- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida semestral em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria semestral igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Seguro garantia dos principais fornecedores.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

(b) Operação com BNDES na Controladora - Biomassas

Também em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$398.547 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Os financiamentos possuem 2 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,87% a 1,90% ao ano e a segunda com encargos fixos de 5,5% ao ano. O prazo de amortização varia entre 96 meses e 168 meses. Em virtude de alterações de escopo dos projetos e revisões de cronograma, o montante de financiamento totalizou R\$377.094, que haviam sido liberados integralmente até 31 de dezembro de 2012. Os juros iniciaram-se em janeiro de 2012, e serão pagos mensalmente, com exceção da CPFL Bio Pedra, que se iniciou em agosto de 2012. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$347.584.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens (b) e (k) desta nota explicativa são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Penhor de cotas (em alguns casos).
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

(c) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a “International Finance Corporation - IFC”, mediante repasses do Banco Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida).

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R\$63.000 na SPE Alto Irani e R\$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R\$4.211.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo).

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias, na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 30 de junho de 2013.

O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$52.576.

(d) Empréstimos oriundos da Santa Luzia

Em 2009, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor original de R\$91.350 e de R\$32.372, com encargos baseados na TJLP, mais 2,8% e 3,4% ao ano, respectivamente, utilizados na realização do projeto de construção de PCH, com capacidade de 28,5 MW, nos Municípios de São Domingos e Iguaçu, no Estado de Santa Catarina. Os valores liberados foram 100% desembolsados. Em 20 de julho de 2011, a carência foi prorrogada de junho de 2011 para dezembro de 2011; sendo assim, a primeira amortização ocorreu em 15 de janeiro de 2012. O prazo de amortização é de 143 meses. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$118.759.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de 100% de receita de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica.
- Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL, conforme Resolução ANEEL nº 696 de 17 de dezembro de 2002.
- Alienação fiduciária dos bens adquiridos com o financiamento.
- Os acionistas constituíram penhor sobre a totalidade das ações, de sua titularidade, representativas nesta data de 100% do capital social da PCH Santa Luzia.
- Comparecem como garantidores a PCH Holding 2 S.A. e a CPFL Renováveis, na condição de responsáveis pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do referido contrato e também nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (“covenants”), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, quais sejam, resumidamente:

- O inadimplemento por parte dos Acionistas de suas obrigações em contratos de BNDES, sendo repasse ou direto.
- Retardamento ou paralisação de obras.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Inexecução das obras no prazo contratual.
- Aplicação dos recursos com finalidade diversa da prevista.
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivos que limitem, restrinjam o controle das empresas pelos respectivos controladores, relacionados à capacidade de crescimento, ao desenvolvimento tecnológico ou ao prejuízo da capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.
- Extinção, término ou revogação da autorização da ANEEL para exploração da PCH Santa Luzia.

Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R\$112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012.

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido “covenant” também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de “cross-default”.

(e) Empréstimos oriundos da SIIF Energies (oriundo da Jantus)

Em 2008, as controladas da SIIF Energies assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com encargos fixos de 9,50% a 10,00% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em 2028. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$139.630.

Antes da liberação desses recursos, as controladas da SIIF Energies incorreram em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizados pelos prazos dos contratos.

As principais garantias dessas dívidas são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R\$56.663 (valor original) garantidos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB.
- Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas da SIIF Energies do Brasil Ltda. e a Eletrobrás.
- Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- Ações das controladas de propriedade da SIIF Energies.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$16.911 conforme “covenant” de financiamento (vide nota explicativa nº 6).
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

(f) Operação com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. na controlada T-15 Energia S.A (T-15)

Em junho de 2012, foi realizada operação de captação de recursos com o Banco HSBC para aquisição do negócio Bons Ventos, utilizando como empresa veículo a nova controlada T-15, constituída para essa finalidade. O Banco HSBC subscreveu 2.927.994.471 ações preferenciais resgatáveis de emissão da T-15, integralizando R\$400.000 em caixa.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

As ações preferenciais de emissão da T-15 possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de junho de 2013 até junho de 2020.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,5% ao ano.

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos por 3 períodos consecutivos ou 5 períodos durante a vigência do contrato, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção de 1,01 ordinária para cada 1,00 preferencial.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco HSBC.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs controladas pela T-15, a qual vem sendo cumprida até 30 de junho de 2013.

A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA superior a 3,75 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação, apurado semestralmente.

O saldo devedor em 30 junho de 2013 é de R\$342.410.

(g) Empréstimos oriundos da Bons Ventos

Em 2009 e 2010, a Bons Ventos assinou acordos de empréstimos no valor de R\$198.633 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, no valor de R\$258.456 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES e R\$85.135 com o Nordic Investment Bank - NIB.

Os empréstimos com o BNDES possuem subcréditos com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,92% ao ano e em encargos fixos de 4,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022. Já os empréstimos com o BNB possuem encargos fixos de 10% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em outubro de 2029 enquanto que os empréstimos com o NIB possuem encargos baseados no IGP-M acrescido de 8,63% ao ano e vencimento em setembro de 2023.

Antes das liberações desses recursos, a Bons Ventos incorreu em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizadas pelos prazos dos contratos.

No dia 20 de junho de 2012 a Companhia obteve a conclusão físico-financeira.

O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$467.274, sendo R\$178.753 do BNB, R\$208.561 do BNDES e R\$79.960 do NIB.

As principais garantias e cláusulas restritivas dessas dívidas são:

- Fiança corporativa da BVP S.A.
- Até a conclusão físico-financeira, fianças bancárias de 100% do valor da dívida.
- Penhor das ações da Bons Ventos S.A..
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Alienação fiduciária de Máquinas e Equipamentos adquiridos para o projeto.
- Manutenção de Índice anual de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção semestral da razão entre a dívida total e o Patrimônio Líquido maior ou igual a 30%.
- Manutenção semestral de Índice de Cobertura de Serviço Dívida em 1,3
- Manutenção semestral de índice de cobertura da dívida em 1,7

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

(h) Operação de notas promissórias e de capital de giro

Em maio de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de capital de giro, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R\$79.490 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento foi liquidado em julho de 2012.

Em julho de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R\$320.000 (valor original) para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

Em janeiro de 2013, as controladas Alvorada e Coopcana liquidaram o financiamento com recursos provenientes do empréstimo de longo prazo firmado com o BNDES vide letra “m” dessa nota. Já as controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V liquidaram o financiamento via nova emissão de notas promissórias junto ao Banco do Brasil, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$142.870.

(i) Operação com o BNDES na controlada Salto Góes

No segundo trimestre de 2012, o BNDES aprovou a contratação de operação de financiamento no valor total de até R\$85.244 (valor original) a ser utilizado no empreendimento da PCH, controlada direta, com encargos financeiros baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de 2,05% ao ano.

Até 30 de junho de 2013, foi desembolsado o montante de R\$69.982. O saldo remanescente, de R\$15.262, deve ser liberado até setembro de 2013. O financiamento deverá ser amortizado a partir de outubro de 2013, com o prazo de 192 meses. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$74.292.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- Não ocorrer o vencimento antecipado em nenhum contrato de financiamento em empresas do mesmo grupo econômico.
- A CPFL Energias Renováveis S.A. é devedora solidária.
- Penhor das ações da Salto Góes Energia S.A. detidas pela CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias no Ambiente Regulado - CCEARs.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Manutenção anual de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção anual de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

(j) Operação com o BNDES na controlada Bioenergia

Refere-se a empréstimos contraídos pela controlada CPFL Bioenergia S.A. com o Banco Itaú BBA S.A. nas modalidades BNDES FINEM com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,90% ao ano e amortização mensal até maio de 2023 e BNDES FINAME com encargos pré-fixados à taxa de 4,50% ao ano e amortização mensal até novembro de 2019. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$63.950.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES ou com o Itaú por qualquer empresa do grupo econômico.
- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos, anualmente, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

(k) Operação com BNDES no Complexo Santa Clara

Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$574.098, (valor original) na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas diretas Santa Clara I a VI e Eurus VI, com encargos baseados na TJLP acrescida de 1,72% ao ano e prazo de amortização de 192 meses.

O saldo remanescente, de R\$1.240, foi liberado em 9 de abril de 2013, finalizando os desembolsos do contrato de financiamento. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$624.773.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de Patrimônio Líquido/ (Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante a vigência do contrato

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

(l) Outros empréstimos e financiamentos

Referem-se a empréstimos contraídos com o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil S.A., na modalidade BNDES FINEM, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 3,10% e 4,30% ao ano, respectivamente, e amortização mensal até novembro de 2013 e junho de 2014, respectivamente. Tais empréstimos foram contraídos para a repotencialização das PCHs Capão Preto, Chibarro e Gavião Peixoto. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$2.979.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES, seja por repasse ou direto, por qualquer empresa do grupo econômico.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

(m) Operação com o BNDES das controladas Bio Alvorada Bio Coopcana

Em 2012 o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$209.000 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada e CPFL Bio Coopcana. Os financiamentos possuem 3 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,02% ao ano, a segunda com encargos fixos de 2,5% ao ano e na terceira incorre a TJLP. O prazo de amortização varia entre 108 meses e 192 meses. Até 30 de junho de 2013 foi liberado o montante de R\$98.000. O saldo remanescente, de R\$111.000, deve ser liberado até novembro de 2013. A amortização de principal e juros iniciará em janeiro de 2014 e será mensal. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$100.127.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de Ações da CPFL Renováveis S.A.
- Penhor de Ações da Controlada.
- Conta Reserva.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- Fiança da Corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

- Manutenção anual de Índice de Patrimônio Líquido/ (Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

(n) Operação com o BNDES na controlada Lacenas

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação da operação de financiamento no valor original de R\$73.769, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,15% ao ano, utilizado na expansão da cogeração de energia a partir da biomassa. Os valores liberados foram 100% desembolsados. A primeira amortização ocorreu em 15 de maio de 2010 e o prazo de amortização é de 120 meses.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao financiamento descrito estão sob negociação com o BNDES, pois referem-se ao acionista anterior, Usina Açucareira Ester S.A. conforme abaixo:

- Hipoteca de imóveis rurais avaliados em R\$39.175.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- Penhor de Ações da Controlada.
- Fiança corporativa da Anhumas S.A. e Companhia Agrícola Nogueirapis.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

Em 14 de fevereiro a Lacenas aprovou a contratação de financiamento complementar na modalidade FINAME, com vencimento em 16 de janeiro de 2023 e custo prefixado de 2,5% ao ano no montante de R\$4.691. O saldo remanescente de R\$938, deve ser liberado até outubro de 2013.

O saldo devedor da Lacenas em 30 de junho de 2013 é de R\$ 54.453.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- Fiança da Corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.

A Companhia atendeu aos” covenants” em 30 de junho de 2013.

(o) Operação com BNDES no Complexo Macacos.

Em 2012, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$175.476, na modalidade empréstimo ponte, que serão destinados para as controladas diretas Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano, com amortização no vencimento em abril de 2014.

Em abril de 2013 foi liberado o saldo remanescente, de R\$59.860, finalizando os desembolsos dos contratos. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$180.656.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- Fiança corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor de Ações das controladas.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,41 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013 e 6,0 em 2014 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

- (p) Em 15 de maio de 2013, as controladas pertencentes ao complexo eólico Atlântica captaram R\$263.714 com o BNDES, na modalidade empréstimo ponte, para suprir as necessidades do projeto até a obtenção do empréstimo de longo prazo, que será posteriormente contratado com a mesma instituição. Sobre a operação incide remuneração de TJLP acrescida de 3,02% ao ano. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$266.539.

As principais garantias e cláusulas restritivas desse contrato de financiamento são as seguinte:

- Penhor de Ações das controladas.
 - Manutenção anual de índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,41.
 - Manutenção de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013 e 6,0 em 2014.
- (q) Em 15 de maio de 2013, a controlada Campos dos Ventos II captou com o Banco Itaú o montante de R\$35.000, para construção do referido projeto. Esta dívida tem vencimento em 11 de novembro de 2013 e sobre o principal incide 100% do CDI, acrescido de 1,05% ao ano. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$35.360.
- (r) Em 29 de junho de 2013, a controladora captou com o Banco Itaú o montante de R\$150.000, na modalidade de Nota Promissória, para suprir as necessidades de capital de giro da Companhia. Esta dívida tem vencimento em 28 de julho de 2014 e custo de 105% do CDI. O saldo devedor em 30 de junho de 2013 é de R\$150.000.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 está representada como segue:

Controladora					
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 30/06/2013
988.500	151.240	31.197	(27.560)	(18.042)	1.125.335

Consolidado					
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 30/06/2013
3.199.001	859.183	119.279	(545.650)	(99.007)	3.532.806

Notas Explicativas CPFL Renováveis S.A. e Controladas

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	38.837	124.153
2015	77.674	226.465
2016	77.674	234.455
2017	77.674	237.724
2018	77.674	251.060
2019 a 2023	309.502	996.494
2024 a 2028	220.318	415.818
2029 a 2030	13.124	21.392
Total - não circulante	892.477	2.507.561

16. DEBÊNTURES

	Controladora					
	30/06/2013				31/12/2012	
	Circulante		Total	Não circulante		Total
Encargos	Principal	Circulante	Principal			
Debêntures CPFL Renováveis	4.167	-	4.167	430.000	434.167	433.761
(-) Custos de captação	-	-	-	(2.845)	(2.845)	(3.079)
	4.167	-	4.167	427.155	431.322	430.682

Controladora							
Saldo em		Custo de		Amortização do		Saldo em	
31/12/2012	Liberações	Juros	captação	custo de	Amortização	Pgto juros	30/06/2013
				captação			
430.682	-	18.553	-	234	-	(18.147)	431.322

	Consolidado					
	30/06/2013				31/12/2012	
	Circulante		Total	Não circulante		Total
Encargos	Principal	Circulante	Principal			
Debêntures conversíveis FDNE - SUDENE (a)	813	34.014	34.827	493.193	528.020	531.846
(-) Custos de captação	-	-	-	(14.791)	(14.791)	(15.539)
Debêntures CPFL Renováveis (c)	4.167	-	4.167	430.000	434.167	433.761
(-) Custos de captação	-	-	-	(2.845)	(2.845)	(3.079)
Debêntures PCH Holding 2 (b)	24.105	-	24.105	158.193	182.298	174.895
(-) Custos de captação	-	-	-	(1.835)	(1.835)	(1.927)
	29.085	34.014	63.099	1.061.915	1.125.014	1.119.957

Consolidado							
Saldo em		Custo de		Amortização do		Saldo em	
31/12/2012	Liberações	Juros	captação	custo de	Amortização	Pgto juros	30/06/2013
				captação			
1.119.957	-	41.729	-	1.074	(13.945)	(23.801)	1.125.014

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

O cronograma de previsão de pagamento das debêntures está apresentado a seguir:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	-	16.530
2015	21.358	63.019
2016	42.716	84.376
2017	42.716	84.376
2018	64.073	105.734
2019 a 2023	256.292	543.579
2024 a 2028	-	164.301
Total - não circulante	427.155	1.061.915

(a) Debêntures conversíveis - SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa.

As SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à TJLP, acrescida de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos, as SPEs incorreram em despesas de estruturação financeira de R\$17.320, que foram consideradas como custos de captação e contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, sendo amortizadas pelo prazo do contrato.

As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, cujo início ocorreu em 2009 e o término será em 2029.

As principais garantias das debêntures são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R\$129.510 à SUDENE.
- Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas.
- A Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies do Brasil Ltda.
- Manutenção mínima de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$21.746. (nota explicativa nº 6).

Processo de conversão

Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: (a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou (b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente, as controladas da Siif Energies deverão obter, no prazo de 90 dias, a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE, o registro de companhia aberta na CVM.

O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e se as controladas não efetuarem o pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela.

As controladas da Siif Energies são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes:

Notas Explicativas

- Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material.
- Poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos.
- Obrigam-se a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, com a anuência do BNB.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

Conforme análise da Administração, as debêntures conversíveis em ações não contêm instrumentos derivativos embutidos que devessem ter sido bifurcados e avaliados a valor justo por meio do resultado. O entendimento da Administração é que as cláusulas do contrato desta operação, na sua essência, representam cláusulas de proteção à SUDENE, e, conseqüentemente, não deveriam ser separadas do contrato principal.

(b) Debêntures não conversíveis - PCH Holding 2

Em janeiro de 2012, a PCH Holding 2 S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$158.193, com vencimento em 2023, para financiar a aquisição da PCH Santa Luzia. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, que serão pagos mensalmente a partir de junho de 2015. A amortização do principal será feita em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em junho de 2015 e o término em junho de 2023. Antes da liberação dos recursos, a companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R\$2.183, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

Em 15 de maio de 2013, foi firmado o segundo aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão das Debentures, que alterou a apuração dos índices financeiros, de forma a contemplar apenas o índice dívida líquida/EBITDA a ser apurado anualmente na garantidora CPFL Energias Renováveis S.A. e o índice de cobertura da dívida a ser apurado trimestralmente na controlada Santa Luzia Energética S.A..

As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes:

- A Garantia dada pela CPFL Energias Renováveis S.A., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo
- Manutenção anualmente de índice dívida líquida/EBITDA consolidado da CPFL Energias Renováveis S.A. inferior ou igual a 7,5 para o ano de 2013; inferior ou igual a 6,0 para o ano de 2014, inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015, inferior ou igual a 4,6 para o ano de 2016 e inferior ou igual a 3,75 a partir de 2017.
- Manutenção trimestral de índice de cobertura da dívida a ser apurado trimestralmente na controlada Santa Luzia Energética S.A. inferior ou igual a 1,2 vezes da dívida do respectivo período.

Em 30 de junho de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 30 de junho de 2012, tendo em vista que em 15 de maio de 2013, a Companhia obteve do Banco Santander S.A. a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, bem como para o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido “covenant” também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de “cross-default”.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

(c) Debêntures não conversíveis - CPFL Renováveis

Em maio de 2012, a CPFL Energias Renováveis S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 430.000, com vencimento em 2022, para financiar a aquisição da Bons Ventos. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente a partir de novembro de 2012. A amortização do principal será feita em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em maio de 2015 e o término em maio de 2023. Antes da liberação dos recursos, a Companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R\$3.673, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes:

- Cessão fiduciária dos direitos creditórios relativos aos dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela PCH Holding S.A. e BVP S.A. bem como dos direitos creditórios das contas correntes pelas quais deverão circular os dividendos e juros sobre capital próprio pagos por elas.
- Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção anual de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante.
- Manutenção anual de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

A Companhia atendeu aos “covenants” em 30 de junho de 2013.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Na controladora e no consolidado, o saldo em 30 de junho de 2013 desta conta totaliza R\$11.612 (R\$11.369 em 31 de dezembro de 2012), conforme segue:

- Inclui R\$5.880 referentes à compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no Estado do Ceará, e Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos IV, Campos dos Ventos V e Eurus VI, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e será corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).
- A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPes Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, até 2015, o montante de R\$4.324, atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- A Companhia reteve R\$1.408 referentes à aquisição da usina de biomassa Lacenas, com previsão de pagamento até o final de 2013.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas**18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

Em 30 de junho de 2013 o saldo consolidado desta conta totaliza o montante de R\$44.630 (R\$14.584 em 31 de dezembro de 2012), sendo o valor de R\$24.084 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Eletrobrás sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia. As controladas Bio Formosa e Bio Pedra apresentam o valor de R\$9.286 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Câmara de Comercialização Energia Elétrica - CCEE. A controlada Bioenergia possuiu R\$4.268 com a CPFL Brasil, empresa do grupo. As controladas Bio Formosa e Lacenas possuem o montante de R\$2.533 com grandes clientes do setor elétrico relativo ao faturamento antecipado do fornecimento de energia. A controlada Lacenas apresenta R\$440 relativo ao faturamento de cliente de mercado livre e o montante de R\$4.019 de outros clientes.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS**19.1. Provisões para custos socioambientais**

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

Em 30 de junho de 2013, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$3.059 no passivo circulante e R\$25.255 no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

A controladas indiretas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 30 de junho de 2013, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$27.507 registrada no passivo não circulante.

Dessa maneira, os saldos totais registrados em 30 de junho de 2013 relativos à “Provisão para custos socioambientais e desmobilização” montam a R\$3.059 no passivo circulante e R\$52.762 no passivo não circulante.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Controladora							
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	30/06/2013
Trabalhista	211	76	(23)	(1)	8	-	271
Cíveis	606	-	-	-	22	-	628
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	-	35
	852	76	(23)	(1)	30	-	934
Depósitos judiciais	(65)	(33)	-	8	(2)	-	(92)
Consolidado							
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	30/06/2013
Trabalhista	256	97	(30)	(3)	10	-	330
Cíveis	620	-	-	-	24	-	644
Outros passivos contingentes	23.985	-	-	-	-	-	23.985
Total	24.861	97	(30)	(3)	34	-	24.959
Depósitos judiciais	(201)	(59)	-	8	(6)	-	(258)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus e Bons Ventos, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$ 23.985, sendo R\$13.950 da Jantus e R\$10.000 de Bons Ventos e R\$ 35 da associação da ERSa e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$23.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 30 de junho de 2013, as controladas eram parte em trinta e duas ações judiciais cíveis e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa atualizado o montante de R\$6.694. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, bem como uma ação de indenização por danos morais e materiais com valor de causa atualizado no importe de R\$1.954, cujo escopo é a discussão acerca do descumprimento de cláusulas contratuais.

Trabalhistas

Em 30 de junho de 2013, as controladas eram parte em cento e quinze ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas, com valor das causas atualizado no montante de R\$3.196 e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

Tributárias

Em 30 de junho de 2013, as controladas eram parte em treze ações judiciais tributárias e procedimentos administrativos de natureza fiscal-tributária, tendo como valor envolvido atualizado o montante de R\$2.097, versando exclusivamente sobre recolhimento de ISS e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída provisão contábil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira**

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado monta a R\$2.675.731, representado por 412.274.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

b) Composição acionária

A composição acionária, incluindo os efeitos do grupamento de ações, conforme descrito no item (c), da Companhia é a seguinte:

Acionistas	30/06/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	63,00%	146.312.932	35,49%
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	0,00%	113.435.867	27,51%
Secor LLC	38.082.654	9,24%	38.082.654	9,24%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	33.072.441	8,02%	33.072.441	8,02%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	5.808.543	1,41%	5.808.543	1,41%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	7,63%	31.439.288	7,63%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	10.205.052	2,48%	10.205.052	2,48%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	20.574.590	4,99%	20.574.590	4,99%
GMR Energia S.A.	9.210.360	2,23%	9.210.360	2,23%
Outro (pessoa física)	4.132.302	1,00%	4.132.302	1,00%
	412.274.029	100%	412.274.029	100%

Em 28 de março de 2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Geração, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento), detido pela CPFL Brasil na Companhia. Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

c) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 para 1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passou a vigor com a seguinte nova redação:

“Artigo 5º - O capital social subscrito da Companhia é de R\$2.675.731.029,29 (dois bilhões seiscentos e setenta e cinco milhões setecentos e trinta e um mil, vinte e nove reais e nove centavos), dividido em 412.274.029 (quatrocentos e doze milhões, duzentas e setenta e quatro mil e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.”

d) Reservas de capital

A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$528.988 em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, em contrapartida à rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido. Esse valor será mantido na rubrica “Reserva de capital”, até sua capitalização, que será feita na proporção representativa do capital de cada acionista.

e) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 30 de junho de 2013, a Companhia mantém reserva no montante de R\$1.578 a título de reserva legal.

f) Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía o montante de R\$22.492.

g) Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possui o montante de R\$7.496 referente à parcela do lucro não realizado no exercício.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

h) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

i) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com a IAS 33, equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Trimestre findo em	Semestre findo em	Trimestre findo em	Semestre findo em
	30/06/2013	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2012
Lucro (prejuízo) básico por ação				
Numerador				
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(51.619)	(66.765)	(5.524)	5.484
Denominador				
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029	412.274.029	412.274.029
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$ por ação)	<u>(0,13)</u>	<u>(0,16)</u>	<u>(0,01)</u>	<u>0,01</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação				
Numerador				
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(51.619)	(66.765)	(5.524)	5.484
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	-	(2.070)	(3.505)	(5.205)
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	<u>(51.619)</u>	<u>(68.835)</u>	<u>(9.029)</u>	<u>279</u>
Denominador				
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029	412.274.029	412.274.029
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$ por ação)	<u>(0,13)</u>	<u>(0,17)</u>	<u>(0,02)</u>	<u>0,00</u>

De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações levou em consideração o evento ocorrido em 31 de maio de 2012, de grupamento de ações, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros.

O efeito dilutivo do numerador, no cálculo de lucro por ação diluído, considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício, exceto para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 onde os efeitos foram anti dilutivos.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2) foram considerados anti dilutivos em 30 de junho de 2013 e de 2012. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

j) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 30 de junho de 2013 é de R\$54.166.

k) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas informações contábeis intermediárias após aprovação pelo órgão competente.

Até 30 de junho de 2013 não houve distribuição de dividendos.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012
Receita de venda de energia	16.294	29.522	9.000	15.161	198.274	442.897	161.108	304.352
Outras receitas	4	4	57	57	846	847	298	298
Receita bruta	16.298	29.526	9.057	15.218	199.120	443.744	161.406	304.650
Deduções da receita bruta:								
Pis/Cofins	(1.508)	(2.731)	(696)	(1.266)	(11.809)	(27.407)	(9.046)	(16.549)
Encargos regulatórios	-	-	-	-	(605)	(645)	(1.218)	(2.298)
Receita operacional líquida	14.790	26.795	8.361	13.952	186.706	415.692	151.142	285.803

Abaixo demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012
CCEAR*	-	-	-	-	19.662	42.027	9.841	25.877
CER**	-	-	-	-	38.697	67.907	830	830
Mercado Livre	16.294	29.522	9.000	15.161	78.251	166.292	78.138	147.499
Proinfa	-	-	-	-	61.664	166.671	72.299	130.147
Total	16.294	29.522	9.000	15.161	198.274	442.897	161.108	304.352

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Os contratos de venda de energia das SPEs da Companhia que se encontram em operação em 30 de junho de 2013 têm as seguintes características:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

<u>Empreendimento/SPE</u>	<u>Tipo</u>	<u>Energia contratada (MWm)</u>	<u>Preço contratado (R\$/MWh)*</u>	<u>Índice de reajuste</u>	<u>Mês de reajuste</u>
Alto Irani	Proinfa	13,5	201,62	IGPM	Junho
Americana	Mercado Livre	8,1	184,93	IGPM	Abril
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	190,76	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	182,83	IPCA	**
Baía Formosa	CCEAR	11,0	195,46	IPCA	**
Bio Energia	Mercado Livre	11,6	186,16	IGPM	Janeiro
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,3	188,94	IPCA	Janeiro
Bio Alvorada	Mercado Livre	18,0	142,88	IPCA	Janeiro
Bio Buriti	Mercado Livre	21,0	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,0	142,88	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	170,94	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	20,2	349,38	IGPM	Março
Buritis	Mercado Livre	0,4	184,93	IGPM	Abril
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	313,25	IGPM	Junho
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	184,93	IGPM	Abril
Chibarro	Mercado Livre	1,7	184,93	IGPM	Abril
Cocais Grande	Proinfa	5,0	201,62	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	188,94	IPCA	Janeiro
Diamante	Mercado Livre	1,6	177,16	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	7,0	184,93	IGPM	Abril
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,6	184,93	IGPM	Abril
Enacel	Proinfa	12,6	351,78	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	184,93	IGPM	Abril
Eurus VI	CER	3,0	173,12	IPCA	Julho
Foz do Rio Choró	Proinfa	7,4	338,12	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,8	184,93	IGPM	Abril
Guaporé	Mercado Livre	0,6	190,76	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	Proinfa	28,7	313,90	IGPM	Março
Jaguari	Mercado Livre	4,5	184,93	IGPM	Abril
Lacenas	CCEAR	7,0	181,72	IPCA	**
Lençóis	Mercado Livre	1,0	184,93	IGPM	Abril
Monjolinho	Mercado Livre	0,1	168,90	IGPM	Abril
Ninho da Águia	Mercado Livre	5,7	188,94	IPCA	Janeiro
Paiol	Mercado Livre	11,2	188,91	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,8	309,32	IGPM	Março
Pinhal	Mercado Livre	3,7	184,93	IGPM	Abril
Pirapó	Mercado Livre	0,6	190,76	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,2	201,62	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	333,65	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	338,12	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,8	342,95	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	21,7	350,81	IGPM	Março
Saltinho	Mercado Livre	0,7	190,76	IGPM	Janeiro
Salto Grande	Mercado Livre	4,1	184,93	IGPM	Abril
Santa Clara I	CER	13,0	173,12	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	173,12	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	173,12	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	173,12	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	173,12	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	173,12	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	182,83	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	202,76	IGPM	Agosto
Santana	Mercado Livre	4,2	184,93	IGPM	Abril
Salto Góes	CCEAR	11,1	167,52	IPCA	**
São Gonçalo	Mercado Livre	6,4	188,94	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	4,6	184,93	IGPM	Abril
Socorro	Mercado Livre	0,3	184,93	IGPM	Abril
Solar	Mercado Livre	0,2	172,72	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	318,40	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,5	184,93	IGPM	Abril
Varginha	CCEAR	4,0	182,83	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,9	188,94	IPCA	Janeiro
Total		518,4			

(*) Data de referência: 30/06/2013

(**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

23. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012 Reapresentado	Semestre findo em 30/06/2012 Reapresentado	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012 Reapresentado	Semestre findo em 30/06/2012 Reapresentado
Custo:								
Custo de compra de energia (a)	(16.821)	(30.902)	(4.539)	(10.967)	(30.828)	(63.804)	(18.160)	(36.576)
Encargos de uso do sistema (c)	(1.313)	(1.313)	-	-	(14.467)	(24.700)	(6.431)	(10.966)
Custo de operação das usinas	-	-	-	-	(4.782)	(18.931)	(8.539)	(15.482)
Materiais	-	-	-	-	(2.062)	(4.625)	(324)	(1.207)
Custo de pessoal (b)	-	-	-	-	(3.131)	(6.154)	(1.153)	(2.107)
Arrendamentos	-	-	-	-	(1.030)	(4.835)	(2.286)	(4.572)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(54.543)	(106.566)	(34.057)	(59.621)
Outros custos de operação	-	-	-	-	(163)	(968)	-	-
Total	(18.134)	(32.215)	(4.539)	(10.967)	(111.006)	(230.583)	(70.950)	(130.531)
Despesas gerais e administrativas:								
Despesas com pessoal (b)	(11.769)	(23.363)	(5.905)	(13.557)	(11.661)	(23.363)	(9.389)	(20.056)
Despesas de ocupação	(53)	(141)	(352)	(464)	(445)	(1.461)	(2.387)	(2.823)
Despesas com viagens e estadas	(21)	(149)	(234)	(554)	(121)	(253)	(172)	(765)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	(1.587)	-	-
Despesas gerais	(47)	(112)	(128)	(588)	(350)	(550)	(2.191)	(2.912)
Serviços profissionais	(3.076)	(7.448)	(8.654)	(12.825)	(11.839)	(16.274)	(7.460)	(13.349)
Impostos e taxas	(160)	(247)	(8)	(8)	(692)	(812)	(33)	(72)
Outros	(1.728)	(3.185)	(543)	(830)	(3.881)	(4.355)	(28)	(966)
Total	(16.854)	(34.645)	(15.824)	(28.826)	(28.989)	(48.655)	(21.660)	(40.943)
Remuneração dos administradores	(2.570)	(4.023)	(745)	(2.553)	(2.570)	(4.023)	(745)	(2.553)
Depreciação e amortização	(651)	(1.286)	(574)	(685)	(653)	(1.288)	(551)	(685)
Amortização do direito de exploração	-	-	-	-	(32.444)	(64.451)	(25.393)	(47.225)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2	-	(14)	1	-	-	23	2
Total	(20.073)	(39.954)	(17.157)	(32.063)	(64.656)	(118.417)	(48.326)	(91.404)

- (a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro semestre de 2013, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD - Preço de Liquidação das Diferenças, resultando em um custo elevado de compra de energia em comparação ao mesmo período findo em 30 de junho de 2012.
- (b) As despesas com pessoal referentes à operação das usinas são apresentadas na Companhia (controladora) como Despesas Gerais e administrativas no montante de R\$23.363 (R\$13.557) e como Custo de pessoal no consolidado, no montante de R\$6.154 (R\$2.107) nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012, respectivamente.
- (c) No segundo trimestre de 2013 foi registrada provisão no consolidado no montante de R\$5.414 (sem valor equivalente no período anterior), referente a cobrança de encargo de serviços do sistema - ESS, definido pelo Conselho Nacional de Política Energética, por meio da Resolução CNPE nº 03, de 06 de março de 2013, em decorrência do despacho adicional das usinas termelétricas. Tais valores não apresentam volume de energia correspondente e são destinados exclusivamente ao ressarcimento dos agentes de geração termelétrica, referente aos custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema interligado nacional. Em decorrência de liminar obtida pelas Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, que invalida os efeitos dos artigos 2 e 3 da respectiva resolução, a cobrança deste encargo está suspensa. O saldo de 30 de junho de 2013 corresponde aos valores provisionados de abril a junho de 2013. A Companhia avaliará o repasse desse custo para os contratos existentes.

Notas Explicativas CPFL Energia Renováveis S.A. e Controladas

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012
Receitas financeiras:								
Receita de aplicação financeira	235	925	5.654	10.513	9.047	17.061	8.388	21.723
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	110	270	-	-
Outras	138	203	-	22	3	1.386	4.270	5.115
Total	373	1.128	5.654	10.535	9.160	18.717	12.658	26.838
Despesas financeiras:								
Juros sobre empréstimos e debêntures	(25.422)	(49.984)	(19.115)	(29.913)	(82.829)	(162.082)	(57.662)	(100.291)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	10.437	18.377	15.106	23.875	10.437	18.377
Fiança bancária/Comissões e corretagens	-	-	-	-	-	(1.043)	-	-
Variações monetárias passivas	(24)	(24)	-	-	-	(167)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	(1.964)	(4.008)	-	-
Outros juros	-	(3)	(10)	(302)	-	(45)	-	(137)
Outras	(1.900)	(2.547)	(619)	(662)	(2.807)	(4.253)	(2.256)	(4.239)
Total	(27.346)	(52.558)	(9.307)	(12.500)	(72.494)	(147.723)	(49.481)	(86.290)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs, Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012	Trimestre findo em 30/06/2013	Semestre findo em 30/06/2013	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.619)	(66.765)	(5.524)	5.484	(52.290)	(62.314)	(4.957)	4.416
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	17.550	22.700	1.878	(1.865)	17.779	21.187	1.685	(1.501)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):								
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	4.832	20.545	6.768	18.062	-	-	-	-
Outras (adições) exclusões permanentes	(836)	(926)	-	(2.510)	4.261	(3.129)	5.346	3.512
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	-	-	-	-	(451)	1.867	-	-
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(21.546)	(42.319)	(8.646)	(13.687)	(23.094)	(43.660)	(10.576)	(17.971)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	-	-	-	-	335	1.480	-	-
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	-	-	3.963	26.028	8.007	26.209
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	-	-	-	-	(2.146)	(8.258)	(5.011)	(9.163)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	-	-	-	-	647	(4.485)	(549)	1.086
Impostos - corrente	-	-	-	-	(6.287)	(16.933)	(7.325)	(14.040)
Impostos - diferido	-	-	-	-	6.934	12.448	6.776	15.126
Impostos líquidos	-	-	-	-	647	(4.485)	(549)	1.086
Alíquota efetiva - %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	(1,2%)	7,2%	11,1%	24,6%

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da SIIF Energies, que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico SIIF Energies pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

a) Ativo - por natureza

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
IR e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:		
SIIF Énergies	11.134	11.491
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia do ativo imobilizado apurada em aquisição de negócio):		
SIIF Énergies	50.933	52.280
BVP	54.027	55.931
Total - ativo	<u>116.094</u>	<u>119.702</u>

Expectativa de recuperação	<u>Consolidado</u>
2013	7.082
2014	10.705
2015	7.213
2016	5.549
2017	5.549
2018 a 2022	27.745
2023 a 2027	27.745
2028 a 2032	24.506
Total	<u><u>116.094</u></u>

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

b) Passivo - por natureza

	Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Mais valia decorrente da apuração do custo atribuído	27.826	27.387
Mais valia dos ativos recebidos da antiga ERSA	358.087	364.377
Intangível - direito de exploração/autorização - Jantus	323.455	332.005
Intangível - direito de exploração/autorização - Santa Luzia	28.545	29.023
Intangível - direito de exploração/autorização - Complexo Atlântica	637	637
Intangível - direito de exploração/autorização - BVP	244.722	251.007
Intangível - direito de exploração/autorização - Lacenas	5.871	6.002
Outras diferenças temporárias	28.615	23.872
Total	<u>1.017.758</u>	<u>1.034.310</u>

c) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Total do ativo	116.094	119.702
Total do passivo	<u>(1.017.758)</u>	<u>(1.034.310)</u>
	<u>(901.664)</u>	<u>(914.608)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	11.133	11.491
Passivo líquido	<u>(912.797)</u>	<u>(926.099)</u>
	<u>(901.664)</u>	<u>(914.608)</u>

d) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2012	11.491	926.099
Realização de impostos diferidos	(358)	(12.806)
Reclassificação para obrigações tributárias	-	(496)
Saldo em 30.06.2013	<u>11.133</u>	<u>912.797</u>

25.3. Créditos fiscais - Controladora

A Companhia possui prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	<u>Controladora</u>
	<u>R\$</u>
Prejuízos fiscais apurados até 30 de junho de 2013	<u>276.972</u>
Base negativa de contribuição social até 30 de junho de 2013	<u>276.972</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantém Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. A exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, é limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com conseqüente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6).
- Aplicação financeira (nota explicativa nº 6.1).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Outros créditos (nota explicativa nº 9).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.2).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:**(i) Mensurados ao valor justo através do resultado**

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14)
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16)
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17)

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias;
- Empréstimos e financiamentos de longo prazo e debêntures: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia e suas controladas com o BNDES e SUDENE, bem como ao fato de que os montantes a pagar são reajustados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros de referência do Governo Federal), que reflete taxas de mercado para estes instrumentos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias;
- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários, no montante de R\$1.350, em 30 de junho de 2013 (R\$2.161 em 31 de dezembro de 2012) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

26.3. Considerações sobre riscos

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 30 de junho de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$85.122 (56% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfa); (ii) R\$31.481 (21% do total) pelo grupo CPFL (acionista controlador); (iii) R\$16.379 (11% do total) pela Câmara de Comercialização Energia Elétrica – CCEE; (iv) R\$6.735 (4% do total) pela Vale Energia; e (v) R\$11.850 (8% do total) por outras empresas.

Adicionalmente, a Companhia possui saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (vide nota explicativa nº 9).

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM Nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 30 de junho de 2013 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 30 de junho de 2013 permaneçam estáveis (CDI em 7,72% ao ano, TJLP em 5,0% ao ano, IGPM em 6,31% ao ano e TR em 0,46% ao ano); (ii) elevação dos índices atuais em 25%; e (iii) elevação dos índices atuais em 50%.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

O cenário “(1)” é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Juros a incorrer expostos a:	Risco da taxa de juros do instrumento	Exposição	Elevação/Redução de índice em 25%			Elevação/Redução de índice em 50%		
				Cenário I					
Ativo Financeiro									
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	Redução	203.351	14.197	17.746	21.295			
Aplicação Fundos	CDI	Redução	446.464	34.859	43.574	52.289			
Títulos e valores mobiliários	TR	Redução	1.350	6	8	9			
Subtotal			651.165	49.062	61.328	73.594			
Passivo Financeiro									
Empréstimos e Financiamentos BNDES e FDNE	TJLP+1,85%	Aumento	(2.942.612)	(162.933)	(192.681)	(222.430)			
Empréstimos e Financiamentos NIB	IGPM+8,63%	Aumento	(80.675)	(7.110)	(7.861)	(8.612)			
Empréstimos e Financiamentos FNE	PRÉ 9,95%	Aumento	(322.121)	(24.193)	(24.193)	(24.193)			
Empréstimos e Financiamentos SAFRA, DEBÊNTURES, CCB e NP	CDI+1,08%	Aumento	(1.343.013)	(107.915)	(131.611)	(155.308)			
Subtotal			(4.688.421)	(302.151)	(356.347)	(410.542)			
Variação			(4.037.255)	(253.089)	(295.019)	(336.949)			

A Companhia tem exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individual e consolidada o capital circulante líquido negativo no montante de R\$149.596 e R\$536.731, respectivamente, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo (empréstimos ponte) incorrido para financiar o início das obras de construções das suas usinas eólicas no montante de R\$150.000 e R\$625.425, respectivamente. Durante o ano de 2012 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II, através da captação de recursos de curto prazo (conforme nota explicativa nº 15 itens (h), (o), (p), (q), (r)). A Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES e aguarda os trâmites de aprovação, esse financiamento será utilizado para quitação dos empréstimos ponte obtidos.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A Administração da Companhia, não obstante os fatos descritos anteriormente, entende que as operações de suas controladas serão conduzidas normalmente considerando os contratos de autorização e os contratos de venda de energia celebrados no âmbito do CCEAR, descritos abaixo:

SPE	Tipo	Energia	Preço	Índice	Mês	Mês e ano	Prazo
		contratada	contratado				
		(MWm)	(R\$/MWh)	de reajuste	de reajuste	do início	(em anos)
Atlântica I	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica II	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica IV	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica V	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Macacos	CCEAR	9,7	136,01	IPCA	Novembro	set/13	20
Pedra Preta	CCEAR	10,1	130,43	IPCA	Novembro	set/13	20
Juremas	CCEAR	7,5	136,01	IPCA	Novembro	set/13	20
Costa Branca	CCEAR	9,8	130,43	IPCA	Novembro	set/13	20
Campo dos Ventos II	CER	14,0	126,19	IPCA	Setembro	set/13	20

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora						
30.06.2013						
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e Financiamentos	6,71%	11.554	24.194	273.281	511.152	753.496
Debêntures	9,55%	-	-	40.076	313.995	318.030
Total	7,28%	11.554	24.194	313.357	825.147	1.071.526
Consolidado						
30.06.2013						
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e Financiamentos	7,75%	26.533	57.419	998.431	1.577.427	1.938.882
Debêntures	7,90%	-	-	80.523	626.862	1.107.532
Total	7,57%	26.533	57.419	1.078.954	2.204.289	3.046.414

27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa e Usinas Eólicas). Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores de renome que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações com valores acima de R\$2.500 são aprovadas nas reuniões quinzenais de diretoria, e por sua vez registradas em atas e resoluções de diretoria.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização 30/06/2013
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	2.540.042
Responsabilidade Civil	Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	95.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	511
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	68.252
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	213.006
Total		<u>2.916.811</u>

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Até 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	Pagamento Ano - 2013	Índice Reajuste
Eólica Santa Clara	5	mar-08	2.079	28 anos	906,0	IGP-M
Eólica Bons Ventos	9	set-06	437	28 anos	455,0	IGP-M
Eólica Canoas Quebrada	9	jan-07	220	20 anos	455,0	IGP-M
Eólica Enacel	9	ago-08	341	22 anos	231,0	IGP-M
Eólica Formosa	9	out-01	1.094	28 anos	782,0	IGP-M
Eólica Icaraizinho	9	mar-02	423	28 anos	460,0	IGP-M
Eólica Paracuru	9	dez-01	107	28 anos	281,0	IGP-M
Eólica Taíba	9	nov-03	53	25 anos	153,0	IGP-M
Pontal das Falésias	4	mai-09	571	25 anos	45,6	IGP-M
Projeto Bitupitá	6	nov-08	597	28 anos	150,0	IGP-M
Projeto Curral Velho	7	dez-08	1.178	28 anos	0,0	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	11	out-08	3.300	37 anos	118,8	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	10	abr-08	3.196	37 anos	78,6	IGP-M
Projeto EOL Parambu	5	jul-08	5.163	30 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Royale	5	nov-10	701	25 anos	9,6	-
Projeto EOL Royale Expansão	5	nov-10	3.000	25 anos	0,0	-
Projeto EOL Serra do Cabral	12	dez-10	3.365	35 anos	0,0	-
Projeto EOL Viçosa	5	nov-08	1.199	30 anos	10,2	IPCA
Projeto Pé de Serra	5	jul-11	2.974	35 anos	35,7	IPCA
Projeto Pedra Cheirosa	7	mai-09	809	28 anos	0,0	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	8	mai-09	2.494	28 anos	0,0	IGP-M
Projeto Serra do Angelim	5	jul-11	3.447	35 anos	41,4	IPCA
Projeto Tapuia	5	nov-11	1.166	35 anos	10,5	IPCA
Projeto EOL Olhos Dágua	11	abr-12	1.271	35 anos	15,3	IPCA
Projeto EOL Rodoleiro	11	abr-12	853	35 anos	13,1	IPCA
Projeto EOL Sacratruz	11	ago-12	871	35 anos	10,5	IPCA
Projeto EOL Palmeiras	11	jul-12	417	35 anos	5,0	IPCA
Projeto EOL Farroupilha	11	mai-12	303	35 anos	3,6	IPCA
Projeto EOL Canguçu	15	set-12	1.528	35 anos	13,8	IPCA
Projeto EOL Cerquinha	11	set-12	680	35 anos	8,2	IPCA
Projeto EOL Cristais	14	out-12	4.072	35 anos	24,4	IPCA
Projeto EOL Dourados	11	out-12	1.820	35 anos	21,8	IPCA
Projeto EOL Esplanada	11	out-12	1.900	35 anos	22,8	IPCA
Projeto EOL Estância	11	nov-12	960	35 anos	16,9	IPCA
Projeto EOL Matureia	15	set-12	374	35 anos	3,4	IPCA
Projeto EOL Oasis	11	out-12	438	35 anos	5,3	IPCA
Projeto EOL Planalto	16	nov-12	2.496	35 anos	40,4	IPCA
Projeto EOL Jussara	11	out-12	5.050	35 anos	60,6	IPCA
Projeto EOL Paraíso	11	set-12	330	35 anos	4,8	IPCA
Projeto EOL São Joaquim	11	out-12	107	35 anos	4,6	IPCA
Projeto EOL São Nicolau	11	ago-12	645	35 anos	14,0	IPCA
Projeto EOL Tarumã	11	set-12	2.122	35 anos	25,6	IPCA
Projeto EOL Sossego	14	out-12	1.500	35 anos	9,0	IPCA
Projeto EOL Sucesso	11	out-12	1.101	35 anos	13,2	IPCA
Projeto EOL Ventania	11	abr-12	1.712	35 anos	18,0	IPCA
Projeto EOL Santana	11	nov-12	1.560	35 anos	9,4	IPCA
Projeto EOL Taipa	11	jun-12	1.525	35 anos	21,5	IPCA
Projeto EOL Tangará	17	set-12	4.596	35 anos	33,1	IPCA
EOL Atlântica V	11	jan-11	2.314	35 anos	0,0	IGP-M
SPE Baixa Verde	3	ago-08	239	25 anos	10,5	IGP-M
SPE Cajueiro	3	ago-08	238	25 anos	10,5	IGP-M
SPE Costa Branca	3	ago-08	322	25 anos	10,5	IGP-M
SPE Costa das Dunas	2	mai-09	469	25 anos	46,2	IGP-M
SPE Farol de Touros	2	mai-09	433	25 anos	46,2	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	30,0	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	36,6	IGP-M
SPE Juremas	3	ago-08	217	25 anos	10,5	IGP-M
SPE Macacos	3	ago-08	88	25 anos	10,5	IGP-M
SPE Navegantes	3	mai-09	208	25 anos	10,5	IGP-M
SPE Pedra Preta	3	ago-08	145	25 anos	10,5	IGP-M

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Observações (valores expressos em reais - R\$):

1. A partir da assinatura do contrato será pago de R\$27.272,73 a R\$32.727,27 anualmente, até a entrada em operação. A partir da entrada em operação, o valor a ser pago será de 1,5% da receita bruta anual.
2. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$36.500,00 anualmente, até a entrada em operação. A partir da entrada em operação, o valor a ser pago será de 1,5% da receita bruta anual.
3. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$11.000,00 anualmente, até a entrada em operação. A partir da entrada em operação o valor a ser pago será de 1,2% da receita bruta anual.
4. O pagamento somente será efetuado a partir da entrada em operação sendo no valor de 2,0% da receita bruta mensal.
5. Nas fases de preparação e construção será pago o valor de R\$ 2,00/ha mensalmente. A partir da entrada em operação o valor a ser pago será de 1,5% da receita bruta mensal.
6. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$18.000,00 mensalmente, após a entrada em operação o valor a ser pago será de 1,67% da receita bruta mensal.
7. A partir da entrada em operação o valor a ser pago será de R\$1.000,00 por aerogerador instalado mensalmente.
8. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$35.000,00 mensalmente. Após a entrada em operação o valor a ser pago será de 1,7% da receita bruta mensal.
9. A partir da entrada em operação o valor a ser pago será de 1,5% da receita bruta.
10. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$3,00 por hectare na fase pré-operacional e 0,85% da receita após a entrada em operação.
11. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$2,00 por hectare na fase pré-operacional e 0,85% da receita após a entrada em operação.
12. A partir da entrada em operação será pago de R\$2.500,00 a R\$14.500,00 por aerogerador instalado anualmente.
13. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$1,20 por hectare na fase pré-operacional e 1,5% da receita após a entrada em operação.
14. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$1,00 por hectare na fase pré-operacional e 1% da receita após entrada em operação.
15. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$1,50 por hectare na fase pré-operacional e 1,5 % da receita após a entrada em operação.
16. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$2,50 por hectare na fase pré-operacional e 1,5 % da receita após a entrada em operação.
17. A partir da assinatura do contrato será pago o valor de R\$1,20 por hectare na fase pré-operacional e 0,7 % da receita após a entrada em operação.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Vencimento	Consolidado		
	Fixo	Variável	Total
2013	518	8.173	8.691
2014	428	10.064	10.492
2015	479	12.685	13.164
2016	583	14.683	15.266
2017	583	13.804	14.387
2018 a 2022	-	68.668	68.668
2023 a 2027	-	68.549	68.549
2028 a 2032	-	59.712	59.712
2033 a 2037	-	39.067	39.067
2038 a 2042	-	30.455	30.455
2043 a 2047	-	23.269	23.269
	<u>2.591</u>	<u>349.129</u>	<u>351.720</u>

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R\$4.324, atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

28.3. Compromisso de compra e venda de energia (grupo CPFL)

A Companhia firmou contrato de compra e venda de energia com a CPFL Comercialização Brasil, decorrente da estratégia de sazonalização de garantia física para o exercício de 2013, no montante de R\$8.013 (66.777 MWh) e para cumprimento de contrato de venda de energia do Complexo Atlântica, no montante de R\$4.007 (13.245 MWh).

Segue abaixo o cronograma dos compromissos de compra de energia:

Compromisso de compra de energia para o ano de 2013	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Montante em MWh	26.620	26.620	11.019	11.370	2.160	2.232	80.022
Montante em R\$ mil	3.602	3.602	1.716	1.771	653	675	12.020

28.4. Compromisso de compra de energia para Bio Alvorada e Bio Coopcana

A Companhia firmou compromisso referente à compra de energia para cumprimento de contrato das empresas Bio Alvorada e Bio Coopcana conforme tabela a seguir:

Compromisso de compra de energia para o ano de 2013	Quantidade de MWh	Custo
Bio Coopcana	22.320	5.580
Bio Alvorada	44.640	11.160
	<u>66.960</u>	<u>16.740</u>

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas**29. PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Sociedade oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em Julho de 2012, a Sociedade firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária, visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado é livre para o mesmo. Em 30 de junho de 2013, não há saldo de contribuição a pagar pela Companhia, registrado na conta de Obrigações trabalhistas. A despesa registrada no período de seis meses, findo em 30 de junho de 2013 foi de R\$561.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos ativos	-	-	-	57.121
Investimento	-	23.292	-	-
Imobilizado	-	-	-	594.502
Direitos de autorização	-	-	-	761.802
Empréstimo e Financiamentos	-	-	-	(500.450)
Impostos diferidos passivos	-	-	-	(259.047)
Outros	-	-	-	26.700
Total	-	23.292	-	680.628
Outras transações:				
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	624	1.961
Encargos financeiros capitalizados	-	18.377	23.875	18.377
AFACs capitalizados	-	703.520	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	2.082
Contas a pagar de aquisições	-	78.551	-	78.551
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	11.837	-
Reversão de provisão para custos socioambientais	-	-	-	66.773
Reclassificação de impostos diferidos	-	-	496	1.072
Ágio na subscrição de ações	-	2.082	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	3.558
Fornecedores de imobilizado	-	-	11.203	-
Incorporação de saldo de partes relacionadas	1.165	-	-	-

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

31. LEI Nº 12.783(MP Nº 579/2012)- RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783, em 13 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências.

Em uma análise efetuada pela Administração da Companhia, esta entende que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios (avaliação de ativos e mensuração de receitas) da Companhia em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido contratados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos.

A Administração também entende que, indiretamente, caso seja dado às concessões e autorizações da Companhia o mesmo tratamento dado àquelas objeto da Lei, esse fato poderá resultar na diminuição da rentabilidade dos negócios no futuro.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária**

Em 17 de julho de 2013, foi concluída a oferta pública inicial de distribuição primária de 28,0 milhões de ações ordinárias e secundária de 43,9 milhões de ações ordinárias da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, lançada em 27 de junho de 2013. Foram distribuídas, no total, 71,9 milhões de ações a R\$ 12,51 cada, perfazendo o montante de R\$ 899,9 milhões. A operação promoveu a captação bruta (i) de R\$ 350,0 milhões na oferta primária, tendo sido emitidas 28,0 milhões de ações ordinárias, que serão destinadas à conta de capital social até o valor do preço por ação que for correspondente ao capital social dividido pelo número total de ações antes da oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos será destinado à conta de reserva de capital; e (ii) de R\$ 549,9 milhões na oferta secundária, tendo sido vendidas 43,9 milhões de ações ordinárias por determinados acionistas da Companhia.

A composição acionária da Companhia após a oferta pública de ações, sem considerar as ações suplementares é conforme segue:

Acionistas	17/07/2013	
	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	59,00%
Secor LLC	24.255.307	5,51%
Pátria Energia Fundo de Invest. Em Participações	21.064.242	4,78%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	3.699.532	0,84%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	7,14%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	6.499.722	1,48%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	13.104.207	2,98%
GMR Energia S.A.	8.498.104	1,93%
Demais ações em circulação	71.942.446	16,34%
	440.251.647	100 %

Notas Explicativas CPFL Energia Renováveis S.A. e Controladas

b) 3ª Emissão de Notas Promissórias – Complexo Atlânticas

Em 8 de julho de 2013, as SPEs do Complexo Atlânticas realizaram a 3ª Emissão de Notas Promissórias, adquiridas pelo Banco do Brasil, no valor de R\$138.000, ao custo de 108,5% do CDI. Esta emissão refere-se à prorrogação do saldo remanescente da 2ª emissão de Notas Promissórias das SPE's do Complexo Atlânticas, com vencimento em 4 de janeiro de 2014.

33. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 2 de agosto de 2013.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

CPFL - Energias Renováveis S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL - Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de agosto de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Iara Pasian

Auditoras Independentes Contadora

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 121517/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Presidente

Pedro José Ferreira de Oliveira
Diretor de Operação e Manutenção

João Miguel Mongelli Martin
Diretor de Engenharia e Obras

Marcelo Antonio Gonçalves Souza
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Tarciso Borin Junior
Diretor Sustentabilidade

Alessandro Gregori Filho
Diretor de Novos Negócios

Marcio Antonio Severi
Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia

São Paulo, 02 de Agosto de 2013

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Presidente

Pedro José Ferreira de Oliveira
Diretor de Operação e Manutenção

João Miguel Mongelli Martin
Diretor de Engenharia e Obras

Marcelo Antonio Gonçalves Souza
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Tarciso Borin Junior
Diretor Sustentabilidade

Alessandro Gregori Filho
Diretor de Novos Negócios

Marcio Antonio Severi
Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia

São Paulo, 02 de Agosto de 2013